

**LEVANTAMENTO
SÓCIO AMBIENTAL
DO GRANDE ARIPUANÃ**

Maria Inês Saldanha Hargreaves

Junho/93

I - Introdução

A necessidade de se determinar ações prioritárias e levantar objetivamente a situação do Grande Pq Ari diante da grave exploração madeireira e garimpeira, juntamente com o quadro populacional (mortalidade, natalidade, crescimento) e a incapacidade do órgão tutor local de superar situações crônicas são as razões fundamentais que nortearam este levantamento.

A Ordem de Serviço e Portaria PP 1601/92 de 21/10/92 determinaram o deslocamento dos servidores Lévio Natal e Maria Inês Saldanha Hargreaves para o trabalho de reavivitação de picadas entre a AI 7 de Setembro/AI Zoró e, nesta última, realizar levantamento sócio ambiental visando a recuperação dos grupos indígenas.

O período de viagem foi de 28 de outubro/92 até 5 de março/93 em que percorri 6 áreas indígenas, mais de 10 postos e 15 aldeias diferentes, 3 grupos étnicos distintos numa área de cerca de 3 milhões de hectares que abrangem 2 estados (Mato Grosso e Rondônia) e 8 municípios.

Pude contar com a colaboração dos índios (principalmente Cinta Larga), indispensável para conseguir chegar às aldeias e entender o que se passa.

Todas as áreas possuem um acesso terrestre, alguns, precários. Mais de 1.500 quilômetros de estrada foram abertos pelos próprios índios nestes últimos cinco anos. Estas estradas não têm como objetivo a interligação de aldeias e sim a extração de madeira e o acesso a garimpos e esplanadas.

A exploração econômica em territórios indígenas necessita de um estudo mais qualificado técnica e mais prático juridicamente para não

permitir a destruição de milhares de m³ de madeiras nobres e milhares de hectares de florestas primárias a troco de souvenirs e bens de consumo.

Para isso, os órgãos oficiais IBAMA e FUNAI, Polícia Federal, Batalhão Florestal, Procuradoria da República devem exercitar uma convivência mais duradoura e traçar uma política mais eficiente e ações consequentes. As ações cautelares criminalizando os madeireiros e o acompanhamento rigoroso das ações por parte da Procuradoria da República são fundamentais para o sucesso.

II - Situação Atual

1. ADR Cacoal

A estrutura administrativa da FUNAI em Cacoal é a soma da sequência de enganos e desentendimentos do ex-Pq Ari. Nunca se tratou a questão Tupi Mondé (Cinta Larga, Surui, Zoró, Gavião, Arara, etc) com a seriedade exigida.

O contato malsucedido foi apenas se ampliando grupo a grupo. Com ele, as epidemias, as mortes, as perdas de território e a exploração descontrolada de todo e qualquer recurso natural existente.

A FUNAI vem assistindo isso a anos.

No princípio, mais preocupada com sua burocracia interna e pouco se interessando pelo conhecimento dos índios. Depois, aumentando o corpo de funcionários burocráticos com a desculpa de dar mais apoio ao pessoal de campo. Em seguida, inchou a máquina administrativa nas sedes e inverteu completamente suas prioridades. O pessoal de campo, sentindo-se desprestigiado e sem apoio, acabou encostando nas administrações. Resultado

= raríssimos funcionários em campo, muitos na sede e uma soma desqualificada e pouco funcional.

A ADR Cacoal tinha até novembro de 1992 79 funcionários - destes, 18 são índios, destes índios, 7 ou 8 prestam algum serviço ao órgão e o restante foi contratado como intérpretes e braçais e em nada contribuem atualmente. Entre novembro de 1992 e março de 1993 cerca de 14 funcionários pediram transferência de Cacoal, destes, 9 são da área de saúde. Quer dizer, Cacoal que ainda tinha 9 atendentes na Casa do Índio passou a ter somente 1 no prazo de 3 meses. Do restante dos 27 funcionários, estão, na sede, 21 - os 6 restantes são 4 braçais e 2 professoras. Além destes, ainda existem 12 chefes de posto com DAS2 mais 1 DAS3 (administrador) e mais 3 DAS1 na sede (Financeiro + SAS e + SPIMA). Somando-se os índios (18) mais os transferidos (14) mais os da sede (21) mais os braçais (6) mais os chefes de posto (12) mais o administrados (1) chegamos ao resultado de 72 mais 7 (funcionários que já morreram ou já foram transferidos a muito tempo mas que ainda constam na folha).

	Índios	Trans.	Sede	Braçal	Ch. PIN	ADM	Afastados
Até Nov/92	18	0	35	6	12	1	7
Até Mar/93	18	14	21*	6	12	1	7

*Obs.: Apenas um funcionário é ligado à área de saúde.

Como se vê, o quadro não é nada animador quando o próprio administrador afirma que dos 21 funcionários na sede ele "confia em menos da metade...". "Confiar" quer dizer poder discutir ações sem vazar, escalar serviços, sabendo que o servidor cooperará... Tudo isso só é possível em Cacoal por falta total de uma proposta indigenista que considere o imenso

prejuízo moral, ambiental, físico e humano no Grande Aripuanã. Resgatar a confiança dos índios é tarefa nobre e impar. Nunca a FUNAI esteve tão sucateada, sem obrigações e sem qualidades.

A relação dos índios com a FUNAI tenta substituir a falta de assistência com atividades isoladas e sempre em mutação, alternando entre a arrogância dos que dizem não precisar de nada — geralmente o pessoal que fica na cidade (carros, assistência, apoio, etc) — e o pessoal que tudo necessita (geralmente os mais idosos e crianças que ficam na aldeia).

A complexidade da situação no Grande Aripuanã parece ser a única coisa que ainda pode nos motivar para tentar modificar este quadro e ser mais justo.

Da parte dos funcionários parece haver aqueles que nunca se interessaram por nada e hoje só almejam a aposentadoria; há aqueles que apostam no insucesso de qualquer medida, e por isso fazem questão de atrapalhar, e ainda existem alguns que se sentem inconformados com tanta injustiça, mas que, sem oportunidade e condições, se acomodaram no seu mísero serviço.

O perfil dos funcionários locais é pobre. Na sede, dos 21 servidores, apenas 3 têm nível superior, o restante é auxiliar de serviços gerais (11), motoristas (2), cozinheiras (2), professores (3) e atendentes de enfermagem (1).

Em área, entre os que possuem DAS2, poucos realmente têm a capacidade necessária.

O próprio Valdir Gonçalves (administrador de Cacoal) não confia em seus comissionados e vem trazendo conhecidos de outras ADR's causando um mal estar pois os veteranos se sentem lesados (sem nunca terem sido

competentes) e os novos que chegam não dispõem da confiança dos índios.
Resultado: não funciona.

Serra Morena	Furquim	Roosevelt	14 de Abril	Tenente Marques	Flor do Prado
João Barboza	William	Egberto	Vicente	Zé Martins	Valdenilton*
Rio Preto	Capitão Cardoso	7 de Setembro	Linha 9	Linha 14	Mequéns
João Por Deus*	Chiquinho	Raimundo*	Pedro Neto*	Trajano	Wagner

*Já houve mudanças de funcionários.

Infelizmente, os critérios e as exigências para se ocupar um posto indígena não são sempre indigenistas.

- Não entenderam que são funcionários públicos numa área da União e a ela devem informações. Que apesar da falta de apoio oficial nenhum, seu trabalho é nobre e a área de influência bastante superior a apenas a sede do posto. Poucos conhecem realmente a região em que trabalham. Desconhecem a vida dos índios com que convivem. Alguns acompanham apenas a fase da madeira e têm uma visão bastante limitada da questão (exemplo: "Não tem recursos, então, vende a madeira!").

Cacoal nunca teve equipe indigenista e hoje isso é ainda mais uma raridade. Poucas são as pessoas que se dispõem a ir trabalhar em uma área com nenhum apoio, às vezes nem rádio, carro, casa e mais - sendo

humilhados permanentemente pelos madeireiros, garimpeiros e/ou outros espertos da região. Os que não se corrompem, se frustram e vão embora ou acabam se omitindo e preferindo ignorar a situação. Esta é a real situação hoje na região.

Uma proposta para reverter esta realidade deve contar com os recursos humanos qualificados necessários (médicos, enfermeiros, engenheiros florestais, veterinários, motoristas, radiotelegrafistas) e materiais indispensáveis para que se note a curto, médio e longo prazo algum resultado. Importante se reestabelecer a autoridade do funcionário da FUNAI em área, principalmente nas fiscalizações e barreiras (Portaria Poder de Polícia).

O empenho pessoal dos funcionários em Ji Paraná é bastante superior aos de Cacoal. Os chefes de posto estão em área e, quando se deslocam à cidade, resolvem suas questões mas retornam à área. Cacoal chegou a ter neste ano de 92 quase a metade de seus chefes de posto abrigados em hotel por falta de condução para ir para área. Isso por meses. Ji Paraná também não conta com nenhum transporte exceto os carros dos índios. No entanto, a figura do funcionário da FUNAI não parece ser tão desprezível.

Em nenhum dos 2 lugares não parece haver alternativas a curto prazo. Apesar disso é a curto prazo que os índios querem ver resultados.

A economia da madeira produz no varejo soluções instantâneas que são bastante apreciadas pelos índios. Tipo: não tem carro, vende mogno e no dia seguinte já desfila com a Toyota nova.

Como não se tem condições nem intenção de concorrer com esta prática, acredito que devemos demonstrar, ao menos, seriedade e indigenismo numa prestação de serviços básica e de qualidade com que os índios possam contar como referencial — ao contrário de se omitir (fechando a ADR) e/ou

continuar com um serviço sem nenhum planejamento e consequência e que não estimula positivamente em nada os índios.

Para isso é fundamental ser franco e objetivo com os índios e oferecer condições aos funcionários para que se adequem ao serviço exigido, alguns da responsabilidade da FUNAI, outros da FNS (Fundação Nacional de Saúde), IBAMA, DNER e outros.

Tivemos um início desta conversa em 27-28/2/92 em Cacoal (Cinta Larga e Suruí) com a presença do administrador de Cacoal e em 29/2/92 em Ji Paraná com os Arara, Gavião, Zoró e Tupari.

O assunto foi tratado com a seriedade necessária já que todos eles admitem que não estão vendo muito "futuro" na questão da madeira e parecem preocupados com o destino pouco promissor que os aguarda e, por isso, cobram uma atuação mais firme da FUNAI. Claro que os grupos que ainda dispõem de recursos madeireiros não parecem tão angustiados (Zoró/Cinta Larga). Mas os Suruí, Gavião, Tupari e Arara foram bastante objetivos na discussão.

Cacoal tem um corpo burocrático excessivo para o péssimo serviço que vem prestando. E os índios que não trabalham contribuem para isso. Se ao invés de manter 10 Suruí como auxiliares de serviços gerais, pudesse estar remunerando os recém formados agentes de saúde, provavelmente a comunidade Suruí estaria se beneficiando mais.

São muitas as sugestões e eles fizeram uma lista de propostas que aguardo receber para anexar a este relatório. Algumas sugestões já foram entregues ao Presidente da FUNAI, pelos Suruí, pessoalmente, em maio/93.

Da parte da FUNAI, acho que assumindo os limites dos serviços possíveis a serem prestados, pode-se iniciar um trabalho mais transparente.

A - Saúde

B - Educação

C - Fiscalização

D - Projetos Econômicos e Aproveitamento dos Recursos Naturais

Estas são as atividades básicas em cada um dos pontos de apoio (ADR's ?) em Cacoal, Ji Paraná e Juína.

A - Saúde

O Decreto 23/92, que responsabiliza a FNS pelo atendimento aos índios, vem dificultando enormemente o atendimento nas áreas indígenas. A penúria dos recursos é total e os poucos profissionais de saúde remanescentes nos quadros da FUNAI se sentem lesados e desajustados. Não existe nenhum estímulo para a prestação de serviços em campo, e isso dificulta e aumenta enormemente os casos que poderiam ser tratados em área; sobrecarregando as Casas do Índio.

A FUNAI deve coordenar o serviço primário nas áreas - isso quer dizer, contar com pelo menos 20 atendentes em área: 8 em Cacoal, 7 em Ji Paraná e 5 em Juína. Isto é medida a curto prazo, por isso ela deve se conveniar com entidades prestadoras de serviços (Secretaria da Saúde, FNS, SUCAM, ONG's, Universidades) e formar uma equipe básica. Fundamental, também, é a equipe que irá dar apoio e acompanhamento - 3 equipes (que atenderiam na cidade e viajariam a campo) de 1 médico, 1 enfermeiro padrão e 5 atendentes distribuídas em Ji Paraná, Cacoal e Juína. Só aí já são 41 profissionais - se juntarmos 3 motoristas e 3 cozinheiras totalizariamos 47 pessoas diretamente ligadas a um serviço fundamental e necessário.

O projeto Suruí/CERNIC entre 1990 a 1992 contou com 10 atendentes "full time" (um em cada linha) para o atendimento primário. Todos percebemos que foi fundamental este acompanhamento e permanência em área. E,

agora que se inicia o treinamento dos monitores de saúde índios, a presença dos atendentes daria maior confiança aos jovens monitores Suruí.

Entre os Cinta Larga nunca houve uma blitz sanitária que atacasse tantos pontos e durasse um tempo suficiente para equilibrar a balança entre mortalidade/natalidade. A natalidade nestes últimos 3/4 anos inviabiliza o futuro. A população foi reduzida em quase 30% e o crescimento foi negativo.

Há anos não existe nenhum atendente em área.

A população Cinta Larga de 849 indivíduos (1989/Censo/Hargreaves) foi reduzida à 643 (1993 - Levantamento Sócio Ambiental Pq Ari).

Os Gavião, Arara, Zoró e Tupari, que contam com apenas 1 atendente de enfermagem no Zoró — (cedido pela prefeitura) também estão numa situação bastante precária de saúde, apesar de estar funcionando o projeto PANDEREY de saúde (Iamã).

Os grupos Brikbatsa e Salumã contam com o valioso apoio da OPAN e MIA e seriam beneficiados muito mais com as equipes de apoio (vacinações, blitz sanitárias, consultas) e medicamentos básicos.

Os Arara (Beiradão) nunca puderam contar com qualquer atendimento sistemático à saúde e é fundamental se proporcionar este acompanhamento justamente agora que retomam suas terras e enfrentam a distância e o isolamento

Os Mequéns são atendidos precariamente em Riozinho e provavelmente, no varejo e individualmente, nas cidades próximas vizinhas (Pimenta Bueno, Santa Luzia, Rolim de Moura) (sem dados).

Existe uma série de hospitais particulares que desenvolvem uma prestação de serviços equivalentes em várias cidades (Cacoal, Ji Paraná,

Espigão D'Oeste, Pimenta Bueno, Vilhena, Juína, Aripuanã) e vêm atendendo estas populações na área da madeira, nada sistemático ou que signifique um conhecimento sobre a saúde destes índios. No entanto, eles possuem equipamentos e exames necessários e devem ser incluídos e envolvidos numa rede de apoio através de convênios.

A população atendida deve ser distribuída nos 3 pontos de apoio:

- Ji Paraná — 814 índios (92) em 6 PIN's:

- PI Cajui,
- PI Rio Branco,
- PI Ikolein,
- PI Iterap,
- PI Ig. Lourdes,
- PI Zoró,
- PI Barreira (a ser criado);

- Cacoal — 1069 (93) em 8 PIN's:

- PI Linha 9,
- PI 7 de Setembro,
- PI Linha 14,
- PI Roosevelt,
- PI 14 de Abril,
- PI Capitão Cardoso,
- PI Tenente Marques,
- PI Mequéns;

- Juína — 1165 (93) em 5 PIN's - pontos de apoio:

- PI Serra Morena,
- PI Furquim,
- PI Flor do Prado,

- PI Rio Preto,
- PI Taquaral (a ser criado),
- PI Arara + apoio Canoeiro e Salumã.

B - Educação

Também a educação indígena foi atingida pelo Decreto 24/92 que transfere para o Ministério da Educação os recursos de educação indígena. Até o momento, os índios só estão sendo prejudicados, pois pulverizou-se as instâncias de decisão. A FUNAI, hoje sucateada, acredita que tem "know how" pelos anos de ineficiência e omissão. Os estados e prefeituras, apesar do NEI (Núcleo de Educação Indígena) não ter bagagem nem visão abrangente sobre o assunto, cederam profissionais e as ONG's não conseguiram (apesar de deterem conhecimento sobre o assunto) encontrar o agente oficial responsável pela questão. Resultado: poucas escolas indígenas hoje estão funcionando. Destas, as mais promissoras são as que têm algum princípio indigenista que as norteia. Nos Erikbatsa, que vêm investindo em monitores, os índios têm percebido um amadurecimento nos estudos. Os Salumã (OPAN) estão iniciando um programa piloto de educação.

De um modo geral, em toda a ADR de Cacoal não existe um programa de educação. Apenas 3 ou 4 escolas com professores em 12 PIN's. Isso não quer dizer que os índios estejam participando e aprendendo. Exemplo: tem professores que estão na mesma área a 7 anos e não alfabetizaram uma única pessoa.

Oitenta por cento (80%) dos Cinta Larga e Suruí alfabetizados o foram na cidade, impondo-se superar as dificuldades do português e com um método regional.

Ressalva feita à presença de Ana Maria (Tuxá), no PIN Tenente Marques (contratada pelos índios), que vem dando aula com muita dedicação. Ela não é da FUNAI e deve ser aproveitada (currículo anexo).

Hoje existe mais um obstáculo para a educação: os índios ao perceberem que nada aprendem, passaram a ir para as cidades para "estudar"; isso criou algumas aldeias urbanas tipo Riozinho. Com a escassez de profissionais, as escolas foram ocupadas como residência, cozinha, etc. Hoje, quando se retoma a questão da educação, percebemos que, apesar de ter um prédio e uma professora, poucos são os alunos que assistem às aulas, às vezes, nenhum.

A inexistência de uma política e métodos de educação, a falta de cartilhas apropriadas, o desconhecimento da língua do grupo (principalmente Tupi Mondé) e a quantidade de novas atividades desenvolvidas atualmente (garimpos, estradas, madeira) pulverizam e competem com a atenção dos jovens e possíveis alunos. Muitas vezes, todos os alunos estão medindo madeira e/ou caçando e escolhendo novas árvores. Estas tarefas são repassadas pelos exploradores aos índios com um "status" de aprendizagem e estágio; porém, na prática, o que eles vêm aprendendo nesta temporada de madeira e ouro é uma matemática perniciosa, servindo de mão-de-obra gratuita.

Em Ji Paraná a situação é um pouco diferente pois em algumas áreas já existem professores índios (Rio Branco/Zoró) que estão com dificuldade com material didático, métodos e assessoria, mas contam com a confiança da comunidade. No Gavião e Arara os missionários de Novas Tribos do Brasil contribuiriam decisivamente se repassassem parte do seu conhecimento e/ou formassem alguns monitores que pudessem desenvolver programas de educação.

Os missionários não parecem interessados em contribuir num projeto que atenda a população e sim continuar com suas traduções paralelas dos evangelhos e livros de leitura que continuam influenciando os índios.

Uma política de educação deveria ser desenvolvida e melhor discutida entre as entidades, indigenistas, pesquisadores, índios e professores que estão na área. Além disso, se as Secretarias de Educação locais pudessem dar um apoio mais sistemático na padronização e cessão de professores, enquanto a FUNAI, com um responsável pela educação em cada ponto de apoio (Cacoal/Ji Paraná, Juína), juntamente com os pesquisadores, ONG's, índios e NEI's, traçaria o rumo deste sistema em reuniões sequenciadas.

Isso talvez começasse a ocupar um vazio e estimular os índios em outras práticas.

A participação dos índios e o uso de métodos mais atuais de didática (vídeo, TV, fotos) para despertar o interesse dos alunos são fundamentais para o sucesso.

C - Fiscalização

Por incrível que pareça, até mesmo a fiscalização de áreas indígenas também foi afetada pelos Decretos 25/92 que incluem o IBAMA nas ações. É óbvio que isso não inviabiliza a atividade da FUNAI, no entanto, fiscalizar o quê? E como?

Os índios, em contratos e acordos perniciosos com os madeireiros e garimpeiros, deslocaram o eixo da legalidade e acabam se envolvendo em práticas ilícitas e altamente nocivas. Com a FUNAI sucateada, os exploradores ocuparam e/ou os índios assumiram atividades institucionais do órgão oficial.

Hoje os remédios, exames, carros, estradas, alimentação, combustível, funcionários, motoristas, professores, atendentes, casas, hospitais, etc são bancados com a venda de madeira e outros recursos naturais.

A atividade da FUNAI de fiscalizar tem sentido ao mesmo tempo que ela mantém a assistência e assegura a integridade física e humana, juntamente com a patrimonial.

O jogo é pesadíssimo, mas só assim a FUNAI pode recuperar dos índios a atenção e o respeito.

Os meliantes criam um clima de desconfiança e induzem os índios sistematicamente em negócios desvantajosos e altamente lucrativos para eles próprios.

Os índios são roubados, a FUNAI é desacreditada, a UNIÃO é prejudicada, o Estado é sonegado e o Município é lesado. São muitas instâncias envolvidas para não se ter medidas severas.

Nos poucos locais em que a FUNAI desempenha com seriedade as suas obrigações (ADR Vilhena: Vale do Guaporé, Biológica, ADR Porto Velho: Uruew Waw Waw), ela não conseguiu apoio judicial, institucional e nem policial imprescindíveis em operações de fiscalização.

De que adianta apreender milhões de m³ de madeira, tratores, caminhões, "skiders" para a justiça se negar a fazer o auto de infração e apreensão? Ou para esses materiais serem entregues em seguida para os próprios exploradores? E ver os criminosos serem agraciados com a impunidade e os poucos funcionários honestos cumprindo seu dever serem ameaçados de morte?

A equipe de fiscalização tem que contar com um apoio jurídico (advogado), policial (convênio permanente com a Polícia Federal para

proteção das áreas indígenas), institucional (a portaria que restitui o Poder de Polícia da FUNAI, revertendo para o serviço de proteção o recurso da venda e leilão dos bens apreendidos, lesando o patrimônio indígena) e o permanente e ágil acompanhamento por parte da Procuradoria Geral da República, autuando e criminalizando as atividades ilegais em terras indígenas e exigindo indenizações vultosas que signifiquem verdadeiramente prejuízos irrecorríveis para os meliantes.

Os índios têm que perceber que somente com as indenizações já teriam recursos assegurados por décadas. E então, participariam e ajudariam na fiscalização.

Isso tudo pode parecer distante e complicado, no entanto, se as medidas de apoio e assistência não estiverem embutidas num projeto maior, dificilmente a fiscalização terá sucesso, enquanto contar com os índios a favor dos invasores.

Para a FUNAI e IBAMA é super desgastante o confronto com os índios, e a fiscalização deve iniciar e ser dirigida nos limites das reservas, de preferência do lado de fora, dando-se o flagrante e apreendendo maquinários, leiloando-os em seguida.

Claro que os madeireiros vão querer utilizar os índios contra as atividades de proteção, e a polícia, atenta, deve estar presente. A madeira apreendida deve ser aproveitada (e não deixar estragar) como a última renda na atividade madeireira.

Uma atividade que é exclusivamente de competência da FUNAI e dos índios e que seria altamente proveitosa e positiva é a reabertura das picadas de demarcação, contando-se, para isso, com um topógrafo e equipamento (GPS/teodolito), uma verba básica para alimentação, combustível, munição, medicamentos e a participação (imprescindível) dos índios.

A experiência negativa no Zoró não deve, de forma alguma, inviabilizar o que hoje é a única atividade de exclusiva competência da FUNAI e que pode demonstrar aos índios um interesse em se inteirar, oferecer e manter a integridade territorial indígena.

A hostilidade com que a equipe da FUNAI foi tratada (eu, Natal, Vicente — chefe PIN — e Mavetto — engenheiro florestal) demonstra a ausência do órgão tutor na região, o descrédito, a falta de recursos. Justamente por esta hostilidade é que deve se atuar severamente na região.

A partir do momento em que os limites indígenas estiverem limpos e definidos se restaurará a autoridade do órgão tutor, tão apagado e sujo, hoje, como as picadas.

Como se proceder uma fiscalização se nem mesmo os limites e picadas são conhecidos pelos índios e funcionários?

Exemplo disso, é a região do rio Flor do Prado (Área Indígena Aripuanã) onde, em 1985, no período em que o exército finalizava a demarcação do Grande Aripuanã, deixou-se de fazer a linha seca entre as cabeceiras do Flor do Prado e do rio Guariba. São 12 quilômetros imprescindíveis de serem feitos ainda este ano (segue programação da viagem).

Além destes, existem vários limites frágeis que devem ser restaurados com a participação dos índios.

Os recursos para isso são poucos, considerando-se as superfícies e a real motivação.

Pode-se pensar num convênio FUNAI/Associações Indígenas para o cumprimento destas atividades.

Segue um quadro de picadas necessárias e as possíveis de serem feitas.

Área Indígena	Divisa	Extensão Aproximada
Roosevelt	Roosevelt/14 de Abril	70 Km (reavivitação)
Aripuanã	Flor do Prado/Guariba	12 Km (reavivitação)
Aripuanã	Ig. Lontra/Ig. Taquaral	12 Km (reavivitação)
Serra Morena	Serra Morena/Furquim	90 Km (reavivitação)
Pq Ari	Tenente Marques/Divisa	----- (reavivitação)
7 de Setembro	Surui/Zoró	40 Km (reavivitação)
Ig. Lourdes	Serra da Providência/Ig. Prainha /Ig. Azul	+ de 100 Km (reavivitação)
Rio Branco	Toda	----- (reavivitação)
Mequéns	Reconhecimento de auto demarcação	-----
Salumã	Reconhecimento de auto demarcação	-----
Escondido	Escondido	----- (demarcação)
Arara	Fazer demarcação	----- (reavivitação)

D - Projetos Econômicos e Aproveitamento de Recursos Naturais

Esta será a atividade mais controlada e que é de responsabilidade dos índios e necessita do acompanhamento, incentivo, assessoria, profissionais e fiscalização da FUNAI, IBAMA, DNBR, Embaixadas, ONG's, Polícia e Procuradoria da República.

As atividades extrativistas tradicionais (seringa, castanha) foram definindo e perdendo importância econômica a ponto de hoje serem ridículos os preços oferecidos pelos produtos da floresta. O quilograma de borracha, a Cr\$ 7.000,00 (US\$ 0,28), e a castanha, a Cr\$ 1.500,00 (US\$ 0,06) não possibilitam nem mesmo uma morte digna.

A recuperação de áreas degradadas pela exploração de recursos (garimpos, madeira) deve ser prioridade nos financiamentos futuros. Orientar estas comunidades a respeito do impacto e prejuízos imensuráveis que vêm sofrendo é uma nobre tarefa. Buscar junto com os índios alternativas realmente equilibradas, que permitem recursos no montante necessário, e planejamento de como, onde e em que atividade investir, são os objetivos fundamentais dessa assessoria.

O m³ do mogno em pé (para indenização) é orçado a US\$ 100,00 pelo Sindicato das Indústrias Madeireiras de Pimenta Bueno/RO. No entanto, as mesmas empresas sindicalizadas pagam cerca de US\$ 20,00 aos índios (quando não roubam) do que é medido.

O IPHAE (Instituto Pré-História, Antropologia e Ecologia/Porto Velho), que vem preparando grandes canteiros, mudas e reflorestamentos em madeiras tropicais, teve que adquirir suas sementes de mogno este ano da Bolívia, a ± US\$ 100,00 o quilograma. Uma árvore dá cerca de 8 a 10 quilogramas de sementes e a época do corte coincide com a maturação das sementes. Com isso, eles estão perdendo excelentes sementeiras (árvores mãe) e, talvez, um valor em dinheiro superior ao que os madeireiros pagam hoje.

Somente por ter o banco de germoplasma garantido nestas reservas e a força e o interesse dos índios em trabalhar, coletar, selecionar e aprender a armazenar já seriam atividades bastante produtivas para competir com a venda de madeira.

Deve-se começar pelo inventário florestal estimativo de área e volume explorados de 3 amostras distintas do território indígena. Os índios poderiam, em muito, contribuir em eleger tais regiões:

- 1 - Área já explorada e não interessante comercialmente;
- 2 - Área em exploração;

3 - Área ainda a ser explorada ou mantida preservada como reserva estratégica e banco de germoplasma.

Motivar estas atividades e assessorá-las será um trabalho duro, cansativo e bastante criticado pelos exploradores atuais (madeireiros e garimpeiros).

Vão querer acabar com a confiança (pouca) dos índios no órgão tutor e, para isso, é fundamental se juntar profissionais (engenheiros florestais, veterinários, indigenistas, etc) competentes e equilibrados e demonstrar praticamente aos índios como estão sendo logrados na medição, no oco, no cálculo, no preço e as desvantagens de disporem dos seus recursos desta forma.

Um plano piloto de recuperação de área degradada com, inclusive, o replantio de espécies comercialmente valiosas, deverá chamar a atenção dos índios.

Infelizmente, hoje, qualquer planejamento que pretenda romper imediatamente com o ciclo da madeira está fadado ao fracasso.

Na discussão com os índios deve-se ter um planejamento detalhado por etapas:

I - Inventário florestal de áreas exploradas, impactadas e íntegras;

II - Acompanhamento da atividade madeireira nos quilômetros de estrada e grau de impactação do território indígena;

III - Assessoria aos índios, quanto à qualidade e quantidade explorada, medição, preço e controle efetivo do total explorado;

IV - Pesquisa sobre a viabilidade econômica da atividade de coleta de sementes na floresta primária Amazônica;

V - Incentivo na localização das sementeiras e coleta de sementes para um banco de germoplasma;

VI - Orientação sobre o manejo adequado de outros recursos naturais.

Como se vê, daí talvez derive ou não o futuro destes grupos na faixa do mogno.

Isso, de forma alguma significa "liberar" a venda de madeira e outros recursos naturais mas oferecer aos índios uma oportunidade prática de avaliarem seus prejuízos e introduzir a FUNAI/IBAMA, Procuradoria da República, DNER e outras agências governamentais no contrapeso de uma discussão que sempre é lucrativa para os exploradores.

Como os recursos naturais em terras indígenas são da UNIÃO, e ela a mais prejudicada; apesar dos índios terem o usufruto exclusivo das riquezas, não se justifica o estrago que estão fazendo nem o que recebem. Por isso, além de Procuradoria Geral da República, tanto os estados quanto os municípios devem estar envolvidos, pois nenhum imposto, nem mesmo a justificativa de bancar o comércio local (ICMS) como Espigão D'Oeste/RO e Juína/MT, sustentam tal prejuízo inestimável. São cerca de 100.000 m³ mogno/ano nos últimos 5 anos = 500.000 m³ da Área do Grande Aripuanã (estimativa). Isto provavelmente representa uma percentagem relevante das exportações nacionais totalmente comprometidas com a ilegalidade. Se somarmos as outras espécies vegetais, este número dobra, superando 1 milhão de m³.

Para se chegar a esta estimativa, tentei fazer a soma da quantidade média explorável de cada uma destas madeiras.

Nenhuma das madeiras que possuem acordo com os índios, tem em seus contratos o volume total a ser explorado. Enfim, elas exploram o que

dão conta e os únicos obstáculos são a estação das chuvas e as quebras de maquinário.

Só para se ter uma idéia, pela barreira Zoró, entre setembro e dezembro de 1992, saíram cerca de 15.000 m³ de madeira de lei, mais da metade sendo mogno. Isso, numa "safra" de 4 meses, e ainda choveu cedo!

III - O que é o Grande Pq Ari?

A denominação do Grande Aripuanã nasceu à época de demarcação pelo DSG (Departamento de Serviço Geográfico) do Exército, identificando o conjunto de áreas indígenas limítrofes com diferentes grupos indígenas (Cinta Larga, Suruí, Zoró, Gavião/Arara) que formam o complexo cultural Tupi Mondé.

Este grande território (mais de 4.000.000 de hectares) só existe hoje pelo esforço e coragem dos índios e pela atividade de alguns indigenistas e antropólogos.

Tiveram seu território bastante reduzido e o que resta é parte apenas do território tradicional. São dezenas de decretos que interditam e desinterditam estas terras.

Estas terras se encontram na categoria de Área de Preservação Permanente devido ao estado e qualidade de seus habitantes que tradicionalmente a habitam e vivem.

Os recursos naturais hoje descobertos no interior destas áreas causam um transtorno sem controle, coagindo os índios a passarem de guardiões de suas terras para gigolôs dos madeireiros.

Mesmo se não houvesse nenhum grama de ouro ou m³ de madeira de lei elas seriam consideradas Áreas Indígenas.

No entanto, na medida em que os próprios índios se envolvem com os exploradores pela falência de serviço de assistência, parecem se afastar cada vez mais das instâncias legais de apoio e assessoria.

Para a FUNAI, transforma-se em dilema:

- Investir e tentar recuperar serviços, assistência e a confiança de grupos super expostos à ação de terceiros e já bastante degradados...

ou

- Tentar compensar e apoiar os grupos que ainda não estão tão desajustados ou que ainda não se submeteram aos marreteiros da região.

O bom senso deve prevalecer. Tanto os índios já expostos necessitam de assessoria como os autônomos devem ter seus direitos assegurados.

Não devemos esquecer que os que hoje se expõem ao contato indiscriminado são justamente aqueles grupos que não tiveram medidas para assegurar sua integridade e direito.

Pessoalmente, minha proposta seria reafirmar o Parque Aripuanã com uma única estrutura ágil de atendimento sem a burocracia modorrenta das ADR's. Os serviços básicos (saúde, educação, fiscalização, projetos econômicos) do parque exigiriam profissionais e indigenistas bastante envolvidos com a realidade e necessidades dos índios. O parque cobriria uma extensão de mais de 4,5 milhões de hectares de área contígua do complexo Tupi Mondé com os grupos Arara/Gavião, Suruí, Zoró, Cinta Larga e mais quase 2 milhões de hectares do pessoal do Rio Branco, Mequéns, talvez Canoeiro (Erikbatsa) e Salumã.

Mesmo sendo simpática a volta da situação administrativa do Parque Indígena, que exigiria agilidade, política indigenista e uma equipe de mais de 150 técnicos e profissionais; sinceramente, não consegui recolher

informações e impressões nesta viagem que me satisfizessem e subsidiassem tal proposta.

Minha apreensão é no sentido de super dotar e englobar áreas distantes num único ponto administrativo, sob a responsabilidade de apenas um administrador com todas as dificuldades hoje verificadas no órgão, e este responsável não ter condições mínimas para atuar. Por isso, refaço a proposta com três pontos administrativos-financeiros independentes e politicamente aprimorados.

A impressão que dá é que o corpo de funcionários (excessivo e não qualificado), a máquina administrativa que a FUNAI tem em algumas regiões serve somente para atrapalhar, um "estorvo".

Aí, a estrutura simplificada de ADR, que teria menos áreas e funcionários subordinados, passa a ser mais prática, conseqüente e mais racional principalmente para se cobrar resultados.

É por isso que passo a detalhar, a seguir, uma proposta e estimativa administrativa simplificada para funcionar em três extremos do Grande Aripuanã, em que se criará uma instância — um conselho indigenista (formado por técnicos e indigenistas conhecidos da região, funcionários ou não) juntamente com representantes das três ADR's, mais associações indígenas que, reunindo-se a cada quatro meses, traçaria uma política de atendimento, apoio, assessoria e fiscalização eficiente para esta grande região, sem se afogar em questões menores e buscando inclusive financiamento para projetos a serem desenvolvidos.

A divisão administrativa em ADR's deve-se apenas à proximidade geográfica e em ser um ponto de apoio já utilizado pelos índios.

A idéia é que seriam micro-unidades administrativas prestadoras de serviços em área - o nome pode até ser outro mas a independência administrativa e financeira é necessária.

• ADR Cacoal

- Localização: Cacoal/RO ou Riozinho/RO

- Área de Influência: Parte do Grande Aripuanã

Grupo Indígena	Área Indígena	Posto Indígena	Pop.	Total Pop.
Suruí	7 de Setembro	Paiter		586
Suruí	7 de Setembro	7 de Setembro		
Suruí	7 de Setembro	Linha 14		
Cinta Larga	Roosevelt	Roosevelt	93	254
Cinta Larga	Roosevelt	14 de Abril	83	
Cinta Larga	Roosevelt	Capitão Cardoso	78	
Cinta Larga	Pq Ari	Tenente Marques	159	159
Mequéns	Mequéns	Mequéns	70	70
				1069

Estrutura Administrativa:

12 PIN's (DAS2)	1 Administrador (DAS3)	-SAS (DAS1) -Financeiro (DAS1) -SPIMA (DAS1)	-Casa do Índio -Saúde -Educação -Fiscalização - Projetos Sustentáveis
--------------------	---------------------------	---	--

Além destes, a ADR Cacoal deverá contar com: 1 bom datilógrafo,
1 secretária e 1 auxiliar de serviços gerais.

A Equipe de Saúde — deve ser composta pelos:

- 8 atendentes de campo

e mais uma equipe de atendimento de saúde:

- 1 médico,
- 1 enfermeiro e
- 5 atendentes,

e mais outros profissionais já existentes:

- 1 dentista,
- 1 laboratorista (já existente) e
- 1 motorista.

A Casa do Índio — é o pessoal de apoio, e deve contar com:

- o chefe da Casa do Índio (1 DAS),
- 1 motorista,
- 1 almoxarife,
- 1 cozinheira e
- 1 auxiliar de serviços gerais.

Educação — são necessários:

- 1 professora em cada PI (8),
- 1 supervisora de ensino, que sirva de ponte entre o trabalho em campo e as outras ADR's, ONG's, Secretaria de Educação e
- outros especialistas no assunto.

Fiscalização e Projetos Sustentáveis: a equipe de fiscalização (±3 indigenistas) deve ser composta com o chefe do PI, Polícia Federal, engenheiros florestais (convênio IBAMA/FUNAI) e o chefe de SPIMA (advogado ou indigenista).

São 3 pessoas que se revezam e devem conhecer bem toda a região juntamente com a Polícia Federal (a qual a FUNAI deve propor um convênio duradouro) e o IBAMA, que deve ceder um engenheiro florestal para essa atividade.

A equipe total necessária na ADR de Cacoal é de 40 pessoas mais 8 chefes de PIN e 2 braçais, ou seja, 50 pessoas. Destas, estão:

• em campo: - 8 chefes de PIN,

- 8 atendentes,

- 8 professores e

- 2 braçais

26 pessoas;

• na sede: - 1 administrador,

- 3 auxiliares (secretário, datilógrafo e operador de rádio),

- 1 SAS,

- 1 SAF,

- 1 SPIMA,

- 5 na Casa do Índio (1 chefe, 1 motorista, 1 almoxarife, 1

auxiliar de serviços gerais e 1 cozinheira),

- 1 médico,

- 1 enfermeiro,

- 5 atendentes,

- 1 motorista,

- 1 supervisor e

- 3 na fiscalização

24 pessoas.

Como deve funcionar

Quero apenas traçar algumas metas e sugerir coisas que não devem ser feitas.

A - O administrador deve ser um conhecedor da região, de preferência indigenista, e que tenha bom trânsito com os índios. Seus auxiliares são poucos e devem ser eficientes.

B - Deve-se evitar sedes suntuosas e despesas de aluguel. Se possível (como em Porto Velho), talvez construir em Riozinho um pequeno escritório que serviria de apoio administrativo e com uma infra necessária - telefone, fax, telex, rádio e arquivo.

C - A equipe de saúde deve ter um coordenador (pode ser função gratificada) e deve programar suas atividades junto com o chefe da Casa do Índio. A proposta da FNS de ceder uma ala da SESP/Cacoal para atendimento indígena deve ser retomada. Isso facilitaria o atendimento dos casos realmente necessários, dando um bom atendimento justamente aos doentes - servindo a Casa do Índio como trânsito junto com as casas da Pamaré (Associação Cinta Larga) e Metareilá (Associação Suruí).

D - Nada impediria que o chefe da Casa do Índio fosse também da equipe de saúde.

E - No entanto, a equipe de saúde deve ter sua programação de viagem própria e grande disponibilidade para viagem a campo assim como prestar o atendimento aos índios.

F - A cozinheira é da Casa do Índio e deve ser orientada pela equipe de saúde (nutrição, balanceamento).

G - O motorista trabalhará com a equipe de saúde e a Casa do Índio terá um para ficar no apoio (emergências, transporte de índios à cidade, compras, etc).

H - Os chefes de posto terão um DAS para trabalhar em campo. Não tem sentido ficarem em hotel sem trabalhar. Quando tiverem dificuldade quanto ao deslocamento à campo deverão, enquanto isso, prestar serviços na sede.

I - A equipe de saúde em área (atendentes) deve ser reciclada e os que estão na cidade cumprirão períodos em campo em esquema de rodízio, para que área alguma fique descoberta.

J - Deve-se dar tratamento especial aos cursos e treinamentos para monitores de saúde.

K - A equipe de educação deve participar das decisões inclusive quanto às cartilhas e cursos de saúde.

L - Deve-se propor rapidamente 1 convênio com a Polícia Federal para participação de agentes e delegados nas equipes de fiscalização.

M - Deve-se propor ao IBAMA um convênio para a cessão de engenheiros florestais/veterinários que acompanhem e dêem orientações compatíveis nas atuais atividades indígenas.

N - Deve-se ter um convênio com o DNER para a manutenção das estradas rurais em áreas indígenas. Isso é possível já que boa parte das prefeituras locais conseguiram suas máquinas do Governo Federal.

Esse convênio pode ser a nível federal/estadual/municipal, assegurando aos índios o trânsito e transporte de bens sem precisar se humilhar junto aos madeireiros.

O - A experiência adquirida no projeto Suruí/CERNIC deve ser estendida aos demais índios da região. Principalmente no controle de fichas de saúde, morbidade, endemias, exames e controle individual de pacientes.

P - A equipe de fiscalização deve realmente fiscalizar. Isso significa ter poderes, recursos humanos (polícia, indigenistas, engenheiros

florestais) para avaliar e bem dimensionar, além do apoio institucional substancial. Seus membros devem ser muito bem escolhidos e treinados. O advogado SPIMA (DAS) deve ser um profissional de renomada idoneidade e se isso não for possível, que seja um indigenista. O engenheiro florestal (IBAMA) deve estar ciente de sua função e deve ser acompanhado em suas atividades.

Q - O excesso de funcionários desqualificados de Cacoal e de outras ADR's deve ser aproveitado em outros locais ou em outros órgãos.

R - Para se poder formar a equipe de saúde, deve-se conveniar com a FNS, ONG's (CERNIC, OPAN, Iamá, Awaru, etc), Fundação Osvaldo Cruz, Universidades, hospitais e equipes locais onde se possa conseguir profissionais e trabalhar com eles no convênio de prestação de serviços.

S - A altíssima mortalidade entre os Cinta Larga deve ser examinada e tratada com toda a atenção. É o grupo que apresenta maior índice de diminuição de população (quase 30% em 4 anos e crescimento negativo) na região. Endemias, malária, muitos acidentes (tiros, suicídios, acidentes de carro) e altíssimo nível de abortos e mortalidade fetal. Algumas áreas devem ser consideradas prioritárias.

T - As equipes de sede podem permanecer no mesmo número enquanto que as de campo podem crescer, dependendo da necessidade local.

U - Tanto a equipe de saúde quanto o supervisor de educação e o pessoal da fiscalização devem ter uma grande disponibilidade para viajar (independente de diária) e por isso, têm cargos comissionados.

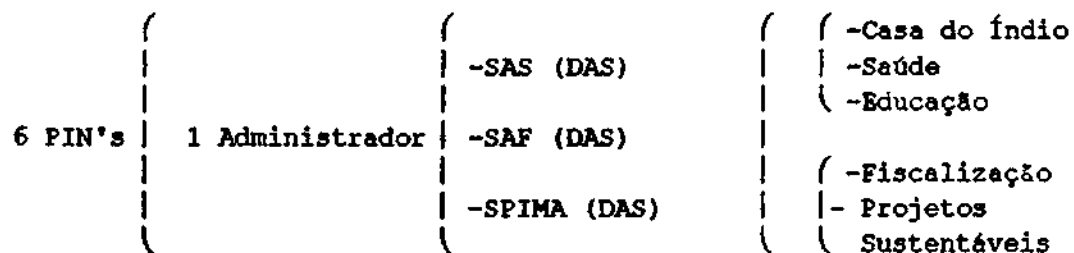
• ADR Juína

- Localização: Juína/MT

- Área de Influência: Parte do Pq Ari, Erikbatsa, Salumã e Arara

Grupo Indígena	Área Indígena	Posto Indígena	Pop.	Total Pop.
Cinta Larga	Serra Morena	Serra Morena	51	90
Cinta Larga	Serra Morena	Furquim	18	
Cinta Larga	Serra Morena	Aldeia	21	
Cinta Larga	Aripuanã	Rio Preto	12	105
Cinta Larga	Aripuanã	Aldeias João, Sabá, Pio e Geraldo		
Cinta Larga	Aripuanã	Flor do Prado		
Canoeiro	Erikbatsa	Ponto de Apoio	±700	±700
Salumã	Salumã	Ponto de Apoio	±300	±300
Arara	Arara	Arara	±70	±70
				+ de 1165

Estrutura Administrativa:



Além destes, a ADR Juína deverá contar com:

- 1 bom datilógrafo,
- 1 secretária e
- 1 auxiliar de serviços gerais.

A Equipe de Saúde — (1 médico, 1 enfermeiro e 5 atendentes) deve ser pleiteada da FNS (convênio) com mais 7 atendentes para o campo e mais 1 motorista e outros profissionais.

A Casa do Índio — é o pessoal de apoio e triagem:

- 1 chefe da Casa do Índio (DAS);
- 1 motorista;
- 1 almoxarife;
- 1 cozinheira e
- 2 auxiliares de serviços gerais.

6 pessoas.

Educação:

- 7 professores (1 em cada área);
- 1 supervisor de ensino, que seria a ponte entre o trabalho em campo e os projetos na cidade e interligaria as demais AI's.

Fiscalização — equipe composta por:

- 3 indigenistas;
- 1 advogado (DAS);
- Polícia Federal (apoio permanente) e
- engenheiros florestais (deve-se propor um convênio ao IBAMA para a cessão de 3 engenheiros florestais para Cacoal, Ji Paraná e Juína para o trabalho de inventário e acompanhamento).

A equipe total necessária na ADR de Juína é de 30 pessoas.

Destas, estão:

- em campo: - 7 chefes de PI,
 - 7 atendentes mais 2 para dar apoio (Canoeiro e Salumã),
 - 6 professores e
 - 2 braçais

24 pessoas;

• na sede: - 1 administrador;

- 1 secretária;

- 1 auxiliar de serviços gerais;

- 4 DAS;

- 7 profissionais de saúde (1 médico + 1 enfermeiro + 5 atendentes);

- 2 motoristas;

- 1 almoxarife;

- 1 cozinheira;

- 1 supervisor e

- 3 indigenistas

22 pessoas.

Como deve funcionar:

A - Deve-se evitar os vícios de outras unidades administrativas. Como vai ser criada, ela deve ser simples, funcional e exemplar.

B - Quem a estiver administrando deve estar ciente que Juína está encravada em território tradicional Cinta Larga.

C - Por este motivo, o termo "índio" na região é tratado com bastante preconceito e pouca simpatia. Apenas as atividades econômicas que exploram os índios têm sucesso.

D - A ADR atenderá também as demandas dos Canoeiro e Salumã que são atendidos pela MIA e OPAN. O trabalho será muito mais de apoio e fiscalização, atendendo as solicitações que forem feitas. Com isso, pode-se dedicar aos PIN's Cinta Larga e Arara.

E - O critério para se formar uma equipe em Juína não deve ser o reaproveitamento do refugo de outras ADR's e sim formar uma equipe equilibrada, pequena e ágil em sua estrutura.

F - Não se trata de um local para "estagiar" ou "dar uma chance". Necessita-se de profissionais competentes em suas funções.

G - As distâncias entre PI's e aldeias exigem o deslocamento e atenção permanentes.

H - O fato de ser outra unidade administrativa não deve impossibilitar propostas e atividades conjuntas entre Juína, Vilhena, Cacoal e Ji Paraná.

I - A questão da saúde será o pano de fundo da presença da FUNAI na área e deverá ser através dela e do controle de exploração de recursos naturais que os índios avaliarão o serviço da FUNAI.

J - Os inúmeros madeireiros e garimpeiros irão reagir imediatamente contrários a qualquer tipo de atividade que possibilite mais autonomia aos índios.

K - O número de funcionários na sede jamais deve superar os de campo e, de preferência, devem ter instruções e prática.

L - A Casa do Índio, para tratamento de enfermos, é única e exclusivamente para isso. Deve-se ter cuidado e precauções quanto a gripes, contaminações e doenças infecciosas, principalmente em relação às aldeias mais distantes (Rio Preto, Salumã e Canoeiro).

M - Deve-se considerar o poder econômico que hoje usufruem os que se beneficiam dos recursos naturais indígenas e todo o cuidado no desempenho do trabalho indigenista.

N - O reativamento das picadas deve ser estimulado e subsidiado, cedendo-se engenheiros, topógrafos, ajuda alimentação e ferramentas. Se a FUNAI mantiver esta proposta planejada para os índios, eles cooperarão.

O - Deve-se plotar as estradas indígenas e sondar as prefeituras locais para que as mantenham, favorecendo o escoamento da produção, via convênio (FUNAI/DNER/prefeituras).

P - Os bens apreendidos na exploração de madeira e de garimpos dentro das áreas indígenas devem ser imediatamente leiloados, revertendo os recursos para o aparelhamento do serviço de vigilância.

Q - A questão da usina de Juína (UHE Juína) deve ser discutida com a população local, evitando-se que ela seja mal informada a respeito dos direitos indígenas.

R - Deve-se considerar um plano de recuperação ambiental no rio Aripuanã, a qualidade da água e o tempo necessário para o rio se recuperar do assoreamento. Quando os índios sentirem este tipo de interesse, eles participarão.

S - Deve-se priorizar os recursos orçamentários e do PRODEAGRO para estas áreas problema, envolvendo tanto as agências governamentais (UNIÃO, ESTADO, MUNICÍPIOS) quanto as associações indígenas e ONG's.

• ADR Ji Paraná

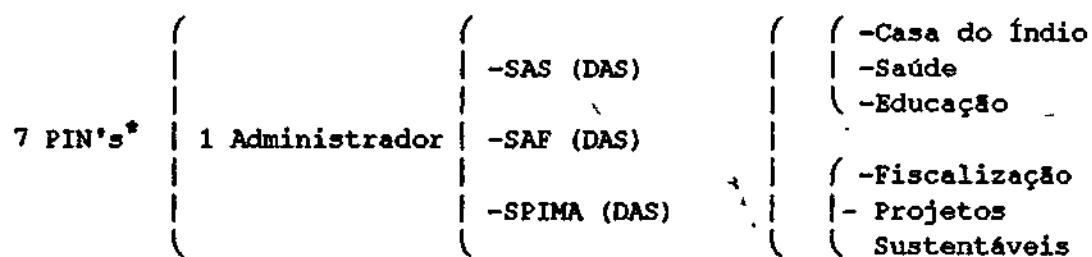
- Localização: Ji Paraná

- Área de Influência: AI Rio Branco, AI Igarapé Lourdes, AI Zoró, Apoio na Fiscalização Uruew Waw Waw.

Grupo Indígena	Área Indígena	Posto Indígena	Pop.	Total Pop.
Tupari, Macu- rap, Cancó, Jabuti	Rio Branco	Rio Branco		275
	Rio Branco	Cajui		
Gavião	Ig. Lourdes	Ikoléin	115	302
Arara	Ig. Lourdes	Iterap	113	
Gavião	Ig. Lourdes	Ig. Lourdes	74	
Gavião	Zoró	Zoró		237
Gavião	Zoró	Barreira*		
				814

*Obs.: O Posto Indígena de Barreira deve ser criado.

Estrutura Administrativa:



*Com a criação do PIN Barreira Zoró.

A Equipe de Saúde — estará permanentemente em visita às áreas e fazendo a triagem e encaminhamento nas cidades. Deve ser composta por:

- 1 médico,
- 1 enfermeiro e
- 5 atendentes.

(Pode ser via FNS.)

A Casa do Índio — pessoal de apoio e triagem devendo contar com:

- 1 chefe da Casa do Índio (1 DAS),
- 1 cozinheira e
- 1 motorista.

Deve-se formular a proposta para a FNS (Ji Paraná) para manter a cessão do postinho de saúde para atendimento aos índios. Ele é bem construído, localiza-se no centro e é de fácil acesso para os índios. Com isso, o atendimento seria feito no postinho, os pacientes graves encaminhados para o hospital e os que ainda necessitassem de algum atendimento ficariam no postinho. Dessa forma, o serviço da Casa do Índio diminuiria — já que existem as casas próprias dos índios — e poderia ser feito com maior dedicação, transformando-se o chefe da Casa do Índio em apoio no Posto de Atendimento à Saúde Indígena (PASI).

Educação:

• Ji Paraná é o local onde a estrutura educacional, através de monitores de educação, está melhor desenvolvida e funcionando. Já existe mais de uma dezena de escolas em funcionamento. Sabemos que pouco adianta mais escolas e postos onde os índios não permanecem. Todas as escolas hoje em funcionamento na ADR Ji Paraná são em pequenas aldeias com uma média entre 12 a 18 alunos. A maioria dos professores são índios monitores — e o que deixa a desejar é o acompanhamento das atividades. Acho que devemos apoiar estas iniciativas e dar condições à supervisora de educação de viajar e incentivar os monitores.

Somente 2 professoras (que não dão aula) são da FUNAI. O restante trabalha (mesmo) via prefeituras, com muitas limitações de didática e nenhum material pedagógico.

São 2 escolas no Zoró (PI Zoró e Barreira), 1 em Iterap, 1 em Igarapé Lourdes, 1 em Nova Colina e ± 5 na AI Rio Branco (totalizando 10 escolas).

Deve-se reunir os especialistas da região (antropólogos, indigenistas e linguistas) para auxiliarem em métodos e cartilhas. Deve-se também avaliar o trabalho da Missão Novas Tribos, inclusive ortografia e alfabetos.

Fiscalização e Projetos Sustentáveis:

• A equipe, também composta por indigenistas, deve atuar também no apoio ao Urueu Wau Wau, principalmente próximo à rodovia 429 e próximo a Ariquemes. A equipe de fiscalização estará sempre em trânsito, verificando e fiscalizando área por área.

A equipe total necessária na ADR de Ji Paraná é de 34 pessoas.

Destas, estão:

- em campo: - 7 chefes de PI;
 - 7 atendentes
 - 14 técnicos em campo*.
- na sede: - 1 administrador (DAS);
 - 1 secretária;
 - 1 auxiliar de serviços gerais;
 - 1 SAS (DAS);
 - 1 SAF (DAS);
 - 1 SPIMA (DAS);
 - 1 médico;

- 1 enfermeiro;
- 5 atendentes;
- 2 motoristas;
- 1 cozinheira;
- 1 supervisor de ensino;
- 3 indigenistas

20 técnicos.

*Obs.: Este número chega a 24 se forem contados os professores que prestam serviços em área.

Situação atual — Área/Área

As Estradas, Explanadas, PIN's, Garimpos, Águas Poluídas, Invasões

1 - AI Sete de Setembro

A - Povo - Suruí/Paiter (Gamir, Gamep, Kaban)

B - População - 586 (alguns casamentos com branco; + 12 casamentos com Cinta Larga).

C - Extensão e Situação Fundiária

São 247.870 hectares demarcados homologados (Dec. 88.867/DOU 18/10/87) registrados em cartório (Matrícula nº. 544) nos municípios de Pimenta Bueno/Cacoal (RO) e Aripuanã em MT.

As partes sul e norte estão bastante exploradas enquanto que o centro e leste se encontram mais íntegros, justamente, por ser mais longe e difícil a retirada da madeira. A parte norte está bastante atingida através

de dezenas de quilômetros de carreadores: entre a Faz. Castuva e as linhas do INCRA.

D - Infra

O Suruí está hoje servido por uma infra-estrutura básica incomparável na região. Todas as aldeias e postos têm acesso terrestre de boa a média qualidade. A aldeia mais distante está a 60 Km de Cacoal, o que favorece a presteza e rapidez nos atendimentos de saúde.

Através do projeto de saúde CERNIC e com o apoio da Fund. SESP e Serviços de Águas e Esgotos de Cacoal conseguiu-se implantar um sistema de poços de água potável e fossas sanitárias em todas as aldeias, dotando-as de um serviço sanitário bastante satisfatório.

As linhas 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 14 distam, entre si, 4 Km (são postos da FUNAI: as linhas 9, 12 e 14) e todas as aldeias se encontram no sul da área. Portanto, esta é a distância média entre elas.

Existem ainda algumas malocas, mas os Suruí, hoje, residem basicamente em residências de madeira, modelo Regional/RO, bastante inferiores à qualidade de suas residências tradicionais.

Conseguiu-se a compra de filtros d'água por família e com isso reduziu-se sensivelmente a questão das verminoses e diarreias.

Nada disso foi aleatório, e sim fruto das observações e desenvolvimento do projeto de saúde Suruí.

Fato marcante tem sido a atuação dos monitores de saúde, que têm desempenhado e vêm assumindo atividades básicas.

A população Suruí, como se encontra bastante concentrada ao sul da AI 7 de Setembro, não aproveita em plenitude os recursos naturais alimentares e artesanais. Somente a atividade madeireira atinge todo o

território. Mesmo o rio Branco sendo um rio piscoso, poucas são as pescarias e a caça vem se reduzindo dia a dia devido à presença dos maquinários.

Os Suruí possuem hoje 2 Toyotas, 1 Niva, 1 Gol e 1 F1000 que utilizam para ir à cidade e em todas as atividades. A manutenção dos carros deixa muito a desejar e é um fator de exploração dos madeireiros, que oferecem carros, na maioria das vezes, não transferindo a documentação, continuando assim com a propriedade do veículo.

Este ano, após uma apreensão de madeira que os Suruí realizaram em out./92, foram surpreendidos (como forma de represália) com o seqüestro da Toyota de linha 10, que foi roubada e os índios e motorista presos e amordaçados.

E - Atividades Econômicas

Durante o contato do Suruí em 1968, Meirelles já vaticinava "infelizes destes índios que tiveram a desdita de nascer numa terra rica e vão ser permanentemente assediados...".

Os fatos vêm apenas confirmando a realidade.

Quando retiraram os invasores na década de 80, apesar dos desmatamentos, prejuízos e redução do território, herdaram milhares de pés de café (cultura explorada pelos invasores) que ainda lhes renderam algumas safras.

No entanto, quando permitiram a retirada da madeira de suas terras (± 1986/87), foram rapidamente superados pela velocidade com que os madeireiros conseguiam consumir com a madeira comercial de um território. Como a AI 7 de Setembro é limitada por linhas secas, os exploradores se dividiam pelas linhas e aldeias e se subdividiam em caciques. Chegou-se ao cúmulo de uma mesma aldeia ser explorada por diversos madeireiros (vide

listagem CEDI) e destes discutirem e concorrerem entre si para saber quem vai tirar mais rápido e de até jovens e mulheres terem seus madeireiros particulares.

O auge da madeira durou pouco no Suruí, principalmente 88/89/90. Pode-se estimar que nesse período chegaram a retirar 20.000 m³/ano; hoje, a exploração deve estar por volta de 8.000 m³.

1991 já foi o ano de acidentes, capotamentos e dos madeireiros darem o cano e os enganarem através das promessas e propostas. Em 92, perceberam que, apesar de ainda restar um pouco de madeira, as ofertas já não eram tão vantajosas. Os madeireiros já não correm atrás dos índios e sim o contrário, pois a distância das madeiras abaixa o preço delas. O mogno rareou e as outras espécies saem praticamente de graça. 1993, provavelmente, será o ano dos problemas e penúria.

As roças de alimentação e subsistência foram diminuindo durante o auge da madeira e ainda não conseguiram recuperar a subsistência para a população. Por isso, em alguns períodos, a falta de alimentos chega a miserabilidade. Eles vêm sendo orientados na formação de pomares domésticos que equilibrem a alimentação.

A população em 89/90 era de 404 pessoas, e hoje está em 586 devido única e exclusivamente ao desempenho do Projeto CERNIC.

Os índices de desnutrição modificaram bastante durante o projeto de saúde CERNIC, e os Suruí, com a escassez de dinheiro e de madeira, começaram a perceber que não vão ser sustentados infinitamente com bolachas e refrigerantes pelas madeireiras.

Pode-se confirmar pelo relatório CERNIC/92 que cerca de 60% dos atendimentos foram por problemas de desnutrição e diarreia.

Através da exploração da madeira, não apenas a economia indígena foi alterada mas as relações sociais, a alimentação, a subsistência, as festas e até mesmo a cocaína entrou no rol do consumo.

Tem-se conhecimento de um jovem Suruí que faz controle psiquiátrico, com graves problemas de depressão.

A aldeia da linha 14 tem um pequeno rebanho bovino (± 20) e, nos momentos críticos, é assediada para vender o rebanho.

F - Estradas

O conceito utilizado para estradas será o de um caminho no interior da área que liga 2 regiões (postos, aldeias, etc). Impossível calcular os carregadores de madeira — dá para se ter como estimativa que para cada Km de estrada (trafegável) existem $\pm$ 3 Km de carregadores.

Todas as aldeias e postos são acessíveis por estradas razoáveis. A linha 8 está a $\pm$ 40 Km de Cacoal e a (última) linha 14 a $\pm$ 60 Km. A distância entre as linhas 8, 9, 10, 11, 12, 14 é de 4 Km entre si, que correspondem ao projeto fundiário do INCRA e que adentraram a terra Suruí na década de 70/80. Os índios, como medida de fiscalização, acabaram se concentrando ao sul da área, percorrendo o restante da área para caçadas, pescarias e expedições. O norte e o leste da área Suruí começaram a ser alvo da investida de madeireiros que roubavam a madeira indígena até chegar ao ponto dos próprios índios permitiram a exploração. O resultado é que, apesar de "venderem", eles não conseguem fiscalizar e nem medir, pois a madeira é retirada por Ji Paraná (estrada da Faz. Castanhal), atravessando a AI Ig. Lourdes/PIN Nova Colina (Gavião).

A parte do território Suruí que poderia ser mais íntegra — a divisa com os Zoró — há anos vem sendo consumida, a ponto dos Zoró reclamarem e pedirem o reabrimento de picadas entre as 2 áreas.

Pudemos constatar que os madeireiros não apenas retiravam madeira como também destruíam e retiravam os marcos de cimento ($\pm$ 2,0 m de comprimento) e as placas de demarcação, dificultando enormemente o trabalho de reavivamento.

Dá para se estimar em cerca de 100 Km de estradas que dão acesso às aldeias e postos (parte sul). No entanto, este número chega a 400 Km

quando soma-se as estradas ao Norte/Leste/Oeste e as linhas que se encontram com a divisa da Caatuva.

Os carregadores, infelizmente, são incontáveis. Existem estradas no Suruí que adentram a Al Zoró mais de 30 Km e, pela inexistência de placas e marcos, muita madeira Zoró foi retirada como sendo Suruí.

Isto só acirra uma briga histórica entre os 2 grupos.

G - Garimpos

Não tenho notícias de garimpos ou mesmo pesquisas minerais — autorizadas ou não pelos Suruí. O que há, na verdade, é uma grande região rica em minérios diversos em um sem número de aventureiros que se juntam aos índios na intenção de "ficarem ricos". Apesar disso, não tenho informações desta atividade junto com os Suruí.

H - Áreas Poluídas

A maior contaminação das águas utilizadas pelos Suruí é de origem biológica, através de coliformes fecais e principalmente próximo às aldeias e postos.

Foi devido a isso que o Projeto Suruí/CERNIC implantou, ano passado, um programa de infra-estrutura sanitária, pois percebeu a origem de 70% dos problemas de diarreias.

As discussões sobre a oportunidade de criação de novas aldeias que tenham mais recursos alimentícios e condições ambientais a oferecer vem tomando corpo.

2 - AI Zoró

A - Povo - Zoró (Pangtney, Ndzabeabey, Ndu Oup, Ndzieya, Pangt Kirey, Oit Kipey)

B - População

A população Zoró sofreu menos impacto no período do contacto. De um modo geral, a mortalidade atinge mais as crianças e é assustador o número abortos. Existe uma população de velhos e adultos maduros como não se vê nem nos Gavião, nem nos Cinta Larga e nem nos Suruí.

Por isso, alguns valores também estão preservados.

Existem muitas mulheres casadas com Gavião (± 10) e alguns casamentos com Cinta Larga.

O censo Zoró, em 1992, contou 237 pessoas na aldeia Zoró afora os que vivem no Gavião (± 20).

O crescimento da população Zoró é lento e delicado. É grande o número de abortos, interrupções de gravidez e de mulheres em idade fértil que não mais engravidam.

Das 12 mulheres grávidas, em março/92, apenas 7 terminaram a gestação e mesmo assim houve, recentemente, a morte de um RN.

É por esta matemática que o crescimento populacional passa a ser negativo e influencia bastante nas expectativas de crescimento populacional já que as mulheres férteis estão perdendo a fertilidade.

C - Extensão

AI Zoró foi homologada com 352.000 ha pelo Dec. 265 de 29/10/91 e se encontra registrada em cartório. Após a retirada dos posseiros

invasores, a única irregularidade é a atividade de exploração de recursos naturais sem nenhum planejamento que estão promovendo.

D - Infra

É preciso se dividir 2 períodos recentes no Zoró para se entender o que está acontecendo: o antes e o depois da era madeireira.

Antes da madeira, a infra existente no Zoró era basicamente fruto do esforço próprio individual e coletivo.

As casas eram estilo seringueiro, mas feitas por eles próprios, o caminho e pontes ligando à Faz. Castanhal eram limpos e mantidos por eles, as roças derrubadas em conjunto por todos os homens para fazerem as plantações, o carro D20, de tão gasto, chegou num momento que não tinha mais concerto. Só outro. E, para isso, o dinheiro obtido do esforço Zoró não era suficiente. Neste período, os Zoró ficaram mais de 2 anos sem carro e assistência, andando e transportando doentes a pé e de carona nos 160 Km + 28 Km (= 188) Km de distância aldeia — Ji Paraná.

Isso foi dando um sentimento de revolta e inveja nos Zoró sem precedentes.

Os vizinhos Suruí e Cinta Larga, já há anos na economia da madeira, desfilavam com Toyotas do ano e os Zoró imploravam uma carona.

Esta diferença marcante foi fermentando, e quando ameaçaram de fechar a estrada do Condomínio Lunardelli (maio/92), perceberam que com pressão e dureza conseguiam o que queriam. O acordo com os fazendeiros não foi tão vantajoso para os índios e deu um sobretempo aos fazendeiros, mas serviu de estímulo aos Zoró.

Na barreira, eles começaram a pressionar os policiais e posseiros e conseguiram criar um clima que talvez tenha acelerado a retirada

de invasores. No entanto, o motivo mesmo para a retirada dos posseiros dos Zoró foi o recém aprovado Projeto PRODEAGRO (Banco Mundial) para o estado de Mato Grosso (a exemplo do POLONOROESTE).

Chega a ser chocante a realidade, quando se descobre que no mesmo dia em que foi retirada a última família de invasores no Zoró (agosto/92), estavam entrando os primeiros madeireiros com permissão dos próprios índios para explorar a madeira. (Agosto/92 — Cx D'água [Sebastião Fiorotti/Magral] — 1.000 m³ mogno x 1 F1000 92.)

Isso se deu na cara de todos, e a FUNAI, apesar do esforço, não conseguiu administrar uma situação que já era previsível.

A FUNAI chegou a rascunhar um plano de REOCUPAÇÃO ZORÓ para apresentar ao Banco Mundial (daonde se tiraria recursos para se investir na Área Zoró) mas não aprofundou e nem detalhou o plano.

Com isso, a partir do momento que saíram os posseiros, os Zoró foram tomando conta das casas, aproveitando umas e queimando outras.

E em contato com os madeireiros da região foram estimulados a vender o resto do resto de suas madeiras (aquelas que os posseiros não ousaram vender).

Como já existia uma estrada principal de 70 Km (Condomínio Lunardelli) com pontes, bueiros e ramais com mais de 100 Km (Peralta), os madeireiros (os mesmos que já exploravam os Suruí e Cinta Larga) entraram para arrasar. Não tiveram custo para abrir as estradas; tem mogno de qualidade, os índios servem de mateiros, ensinando os locais mais densos; a medição é feita pelos próprios madeireiros; o preço é 1/5 (20 dólares) do preço do Sindicato dos Madeireiros Pimenta Bueno (100 dólares/m³) e não existe nenhum constrangimento com a fiscalização e a blitz, já que a FUNAI se retirou da barreira e o IBAMA se nega a fiscalizar na estrada e a Polícia

Florestal de MT ainda abaixa o correntão da barreira e recolhe uma autorização manuscrita pelos madeireiros se auto-autorizando a entrar e retirar a madeira Zoró através da barreira.

Isso é o que está acontecendo hoje no Zoró.

Ah! Se tiver algum problema, os madeireiros ainda se utilizam dos índios e dos "caciques" para "liberar" a madeira.

Os Zoró, que não possuíam nenhum carro até agosto/92, estão hoje com uma frota de 6 veículos (1 F4000, 1 Pampa, 1 Toyota 84, 1 Toyota cabine simples 92, 1 Toyota cabine dupla 92 e 1 Gol). O primeiro carro que adquiriram foi em agosto/92 — uma F1000/92, a troco de 1.000 m³ de mogno (na verdade, saíram cerca de 3.000 m³) que serviram de isca para outros madeireiros se aproximarem e negociarem com os Zoró. O madeireiro Sebastião Fiorotti, vulgo Cx. D'água da Magral (Madeira Gralha Azul), espertamente, não transferiu o carro para os índios; posteriormente, alegando dívidas dos índios, tomou a F1000 de volta.

Construíram 4 casas na barreira, 1 garagem com apartamentos para os motoristas, banheiros, poços, instalação para motor e distribuição de luz, e 1 escola. Além disso, os Zoró compram alimentos e sustentam seus funcionários, o medidor de madeira, empregada, e até mesmo os guardas florestais da barreira que pegam carona, churrasco e refrigerantes.

Toda esta infra estrutura foi em menos de 1 ano de exploração da madeira, e já estão comprando gado para ocupar os quase 50.000 hectares de pasto de primeira que estava nas posses dos colonos.

A FUNAI não possui nenhuma infra, não tem funcionários, não construiu nenhum cômodo e somente o rádio a pertence, já que a bateria, foram os índios que reformaram.

E - Atividades Econômicas

A economia da madeira entrou com um ímpeto tão grandioso este ano nos Zoró que quem ainda pretendesse quebrar uma castanha ou cortar uma seringueira cairia no ridículo. A principal atividade econômica hoje é a madeira. Tentam, agora, o início de um garimpo de ouro nas cabeceiras do Igarapé Canaã (fonte: ADR PV/março/93), mas ele irá somar com a exploração da madeira.

A sociedade Zoró dividiu-se, e 50% foram para a barreira e os outros 50% ficaram na aldeia; sem dúvida que quem ficou na aldeia está melhor situado pois tem roças e, apesar de também participarem na atividade madeireira, não ficam tão expostos como o pessoal de Barreira que, em novembro/92, dentre 120 pessoas, 80 tinham diarreia diariamente, agravada pela falta de água.

A vida na Barreira é tudo o que existe de indesejável numa aldeia: não tem roça (só consomem mercadorias); não tem maloca (somente casas 6x5 madeira + eternit); é uma rotatividade tremenda pela quantidade de caminhões diários, e com isso as doenças (principalmente diarreias e gripe) ficaram incontroláveis; não tem liderança tradicional; quem foi para a barreira é fundamentalmente o contrário de quem ficou em aldeia; justamente os jovens que vêm "detonando" com os contratos de madeira.

Além disso tudo, a vida é medida pela quilometragem andada diariamente pelas Toyotas. A maior atividade física atualmente é subir numa Toyota e ir até a serraria do madeireiro e aguardar o pagamento. Às vezes, ficam horas e até dias na porta dos madeireiros.

A situação de Barreira do Pelotão Florestal de PMMT é absurda e contraditória.

A Barreira foi montada na divisa dos estados de MT e RO, que também é a divisa da AI Zoró e municípios de Aripuanã, Espigão D'Oeste, para dar apoio e segurança aos funcionários da FUNAI, PF, CODEMAT e INTERMAT que trabalhavam na desintrusão da AI Zoró. A atuação da Barreira neste período foi positiva, apesar da precariedade das instalações e apoio. Apesar de todas as críticas, foi um trabalho interdisciplinar em que os policiais da barreira prestavam os seus serviços. Foi previsto que, mesmo após a retirada dos invasores, a barreira ainda seria mantida por um período para evitar reinvasões.

O espanto é quando se verifica que hoje a barreira não existe. Apesar dos policiais, a autoridade de uma barreira militar não é respeitada. As autorizações que os próprios madeireiros fazem para si mesmos e entregam aos policiais militares (à paisana — de short e sem camisa) para adentrarem na AI Zoró são a prova incontestável. O mais absurdo é que tudo isso acontece com a anuência dos "caciques" e que desde novembro/92 não existe mais nenhum funcionário da FUNAI aí. Fiscalização do IBAMA, nem dentro, nem fora da Área Indígena e os madeireiros arrotam que estão lá "ajudando a comunidade" e que pagam o IBAMA e que têm um "acerto" com o Governo de MT para não serem molestados.

Dizem que "esquentam" as notas e guias em MT.

Numa blitz fiscal, provavelmente, não escaparia nenhum destes novos "amigos" dos índios. É por aí que se deve objetivar as pesquisas.

A maioria destes madeireiros, que hoje exploram riquezas naturais em Áreas Indígenas, é completamente marginal, no sentido que não só esbulham o patrimônio da UNIÃO como tentam subornar funcionários, se utilizam dos índios como testa-de-ferro e fazem um mercado intermediário do mogno (o que sai da Área Indígena sem plano de manejo), que movimenta hoje

mais de 60% da madeira de RO e MT e provavelmente do Pará também. Destes, existem tanto os picaretas profissionais (Cx. D'água, Magral) quanto os que já perceberam que, enquanto rolar o dinheiro fácil da madeira, os índios vão estar acobertando suas atividades com a desculpa da falência do órgão tutor (MADETUR — Turatti; Zé da Mercantil, etc) — (anexo dossiê CEDI/93). Sugiro uma pesquisa profunda nos informes fiscais de algumas madeireiras notoriamente exploradoras de terras indígenas, só para comparar seu patrimônio declarado com o que fornecem aos índios em troca da madeira.

Além disso, qualquer fiscalização sem o IBAMA está fadada ao insucesso; por isso, sugiro que o IBAMA ceda 3 Engenheiro Florestais (Ji/Cacoal/Juína) para acompanharem, planejarem e fiscalizarem as atividades atuais dos índios e madeireiras.

Somando-se as auto-autorizações (de próprio punho) dos madeireiros (muitos foram extraviadas), chega-se a uma soma de cerca de 1.200 entradas, o que dá uma frequência de 13,3 caminhões/dia fora os extraviados. Na prática, este número se manteve nos 30 caminhões diários. Estimo que mais de 15.000 m³ foram abatidos em 1992 só na AI Zoró. Só o tamanho das explanadas confirmam tal estimativa¹.

F - Estradas

O Zoró possui hoje um território totalmente esquadrihado com estradas, carreadores e picadas dirigidas para a exploração da madeira.

A Barreira dista 145 Km de Cacoal, depois são mais 70 Km até a balsa (Leste/Oeste). Existe um ramal de estradas para a Fazenda dos Peralta, que, são mais 100 Km, cortando o Zoró de Norte/Sul; com isso, a impressão que se tem é que o Zoró foi esquartejado em 4 pedaços. Só que, na verdade,

¹Na página seguinte, segue quadro da exploração madeireira na AI Zoró.

existem ainda mais 250 a 300 Km de carreadores e picadas abertas para retirada de madeira. Dificil um local que não tenha sido picado por um skider.

Depois de anos de pressão, os Zoró conseguiram que os fazendeiros/madeireiros abrissem um caminho ligando a aldeia (Borborey) à Barreira e mais a reforma dos 28 Km que ligam a aldeia Borborey, na Faz. Castanhal. Este ramal só é trafegável na seca, o que tem causado muita reclamação dos Zoró, pois, para se percorrer cerca de 80 Km, é mais de um dia de viagem, devido a atoleiros e pontes mal feitas. Os madeireiros se arvoram na manutenção e abertura de estradas e justificam assim a retirada de mais metros cúbicos de madeira: "para pagar a estrada".

G — Garimpos

Houve uma tentativa de garimpeiros semi-organizada nas cabeceiras do rio Canaã no auge da invasão do Paraíso da Serra — 1987/88. Parece que não foi vantajoso e foi desativado pelos próprios índios que apreenderam máquinas e motores. Depois disso, já houveram umas 3 ou 4 investidas, até com os índios permitindo, (Cinta Larga levaram pesquisadores a pedido dos Zoró), mas nada muito duradouro.

Recentemente, houve novamente movimentação, com os índios levando pesquisadores "particulares" na tentativa de explorar o garimpo. A informação é da ADR/PV e eles devem apenas estar aguardando o final do período da chuva.

Experiências desta natureza são freqüentes e não existe nenhum planejamento sobre riscos e/ou atividades menos nocivas e mais ou tão lucrativas. Geralmente, os índios têm prejuízo, pois os pesquisadores que eles arrumam se utilizam das suas casas, comida, hospedagem, etc.

H — Águas Poluídas

O território Zoró, de uma forma geral, é bem servido de água, estando entre o vale Roosevelt e Rio Branco, tendo à oeste as Serras da Providência e Azul e a leste o médio Rio Branco, Roosevelt e 14 de Abril.

A aldeia não é à beira do rio principal, utilizando para consumo de água as cabeceiras do Ig. Canaã e água de poço. No período da seca, quando é grande a concentração de gente na aldeia, a água para consumo fica meio alterada, e é para isso que funcionam os poços. Entre a Castanhal e a aldeia Borborey, existem três pequenas aldeias intermediárias, que também possuem poços abertos pelos próprios Zoró, na expectativa de terem água boa para consumo.

A Barreira Zoró é o único local que não possuía condições sanitárias satisfatórias.

Tratava-se de uma antiga posse de colonos (2 poços) que ocuparam o local apenas com suas famílias. De repente, chegou o Batalhão Florestal e mais 150 Zoró para ocupar e consumir a água também.

O poço secou, e os outros 2 que estavam sendo feitos não minaram água na quantidade necessária. O Igarapé que passa está totalmente contaminado por coliformes e fezes dos porcos da pocilga de ex-invasores da Área Zoró (Geraldo Gaúcho), que não se incomoda nem um pouco por isso. É a sua vingança!

Desta forma, os Zoró, que se estabeleceram mais adiante, ao longo da estrada do Condomínio Lunardelli, nas demais casas de colono, estão muito melhores instalados do que quem está na barreira. Isto os Zoró já perceberam, e até mesmo o madeireiro (Turatti) assim sugeriu, querendo evitar problemas, infecções ou até cólera.

O rio 14 de Abril, que divide o território Zoró com AI Roosevelt, ainda se encontra limpo e piscoso, mas corre o risco de se sucatear e se poluir, se vingar o garimpo de cassiterita que os Cinta Larga do 14 Abril estão tentando implantar. A pesquisa está adiantada e as dificuldades são apenas de ordem técnica. Já existem pesquisas desde o ano passado.

Porque a Reavivitação Foi Suspensa

Desde quando a equipe foi para a área, em outubro de 1992, para reavivitar os 60 Km da divisa Zoró/Suruí, já sabíamos das imensas dificuldades que nos esperavam. No entanto, a total falência dos serviços de assistência da FUNAI; a não implementação do Plano de Reocupação Zoró e a atividade madeireira que, além de roubar, estimula os índios à marginalidade, consumismo e decadência, são insuportáveis. Os Zoró estão fazendo "permanente" para ondular os cabelos, pagam motorista para levá-los aos bordéis, servem-se de prostitutas como enfermeiras e não deram a mínima para a equipe que veio para reavivitar a área. Quando comecei a juntar os comprovantes de entrada das madeireiras e cobrar da PM atuação mais condizente com uma Barreira Florestal, isto irritou os madeireiros a ponto de tentarem subornar um guarda florestal para copiar o radiograma oficial da FUNAI. Culminou quando um caminhão da madeireira TURATTI atropelou o veículo indígena e uma mulher Zoró abortou. Os índios, revoltados, fecharam a barreira e exigiram a presença do madeireiro. Este, só veio aparecer no dia seguinte, e não estava preocupado com os feridos e sim com a possibilidade de uma blitz policial e do IBAMA. Com isso, armou um cenário, a ponto dos índios ficarem revoltados por termos passado um rádio, informando os últimos acontecimentos da barreira. O nível de desconfiança e a humilhação foram tão

grotescos que isso desanimou a todos nós. Ficou óbvio que, enquanto os madeireiros controlarem a comunidade Zoró na unha, dificilmente vai se romper com o ciclo da madeira.

3 - Al Roosevelt

A - Extensão

233.055 Km demarcados e homologados, registrada em cartório desde de janeiro de 1992.

Situa-se entre o rio Roosevelt e 14 de Abril e tem 3 postos indígenas, sendo o local dos primeiros contatos e conflitos Cinta Larga.

PIN Roosevelt:

No extremo sul da área, próximo ao rio Kermit, na margem esquerda do alto Roosevelt, tem pista de 600 m e acesso terrestre — 135 Km Cacoal/Roosevelt.

PIN 14 de Abril:

A 8 Km da margem direita do médio 14 de Abril, este posto está localizado no alto de uma serra e era sede das maiores fazendas invasoras de terras Cinta Larga; pista de 400 metros + acesso terrestre — 120 Km Cacoal/PIN 14 de Abril, e a população dividida em mais duas aldeias (Pé de Serra e Manuel);

PIN Capitão Cardoso:

Este posto está na margem esquerda do médio Roosevelt, em frente a foz do rio Capitão Cardoso, 200 Km de Cacoal, e está sendo mudado de local pelos próprios Cinta Larga que não mais suportam o inferno dos borrachudos e piuns. Realmente, a quantidade é astronômica. Também pela falta de

assistência da FUNAI, estão mudando a aldeia (e o PIN vai junto) para cerca de 30 Km estrada a dentro rumo a Pacarãna, que é nas cabeceiras do rio Taunay, sem borrachudos, com fartura de caça e acesso mais fácil na época das chuvas. Isto faz parte de uma política mais geral dos Cinta Larga de se adaptarem melhor ao local onde vivem. Parecem ter cansado de esperar o apoio oficial e vêm tentando encaminhar soluções práticas imediatas.

Vários postos da FUNAI no Pq Ari foram equivocadamente criados em locais errados, gerando uma política de aglutinar os índios em locais não tradicionais, com a desculpa que isso facilitaria a assistência, a educação e o atendimento. Nada disso aconteceu. Ao contrário, estavam morando em locais insuportáveis (por exemplo: Cardoso — ex-garimpo do Raul Espanhol) que foi interditado pela FUNAI na década de 70; local endêmico de malária, com gravíssimos surtos, com muitas mortes por falta de assistência, estradas péssimas, com lagoas intransponíveis no período da chuva.

B - População

A população Cinta Larga da unidade denominada Área Indígena Roosevelt é de 254 pessoas no total (fora quem hoje está morando em Riozinho), assim divididos:

PIN Roosevelt:

Em 93, somando a sede do posto mais a aldeia do César, 70% da população é jovem, e muitas mulheres na idade fértil estão estéreis. Boa parte das mortes recentes no Roosevelt (87 a 93) foi por acidentes de carro, tiro, afogamento, abortos, etc. Houve diminuição no total de moradores, mas é preciso comparar melhor os dois censos para se ter essas informações. A população de Roosevelt é predominantemente do grupo local Mam. Tem os Mam Terey, (Rondon, Negão e o pessoal que veio de Tenente Marques) e os Mam Gip que são os descendentes do pai do Pio e Tataré, etc. Existe uma família Kakin (Maúba) e a maior parte das mulheres são Mam Terey casadas com Mam Gip e vice-versa. Existem muitos casamentos tio x sobrinha; avô x neta e a proximidade sangüínea pode ser o motivo para vários casos de deficiência física e mental que hoje se apresentam. Só no Roosevelt são 4: 1 Lábio Leporino foi abandonada no hospital; hoje, está já na segunda cirurgia em Bauru e a família quer a criança de volta; 1 deficiente mental e físico com envelhecimento precoce; mais 1 epilético; mais 1 lesão cerebral. São quatro casos numa população de 93; = 1 caso para cada 23,25 indivíduos. Isso, enquanto população fechada, é altíssimo. Quando somamos à isso os casamentos com os brancos, fica mais complicado. É preciso ressaltar que, apesar de todos os investimentos e dinheiro da madeira gastos inclusive com saúde, isso não fez diminuir a alta mortalidade e nem sequer atingiu o quadro de abortos e esterilidade feminina. Além disso, houve um movimento direcionado, com muitas famílias indo morar em Riozinho, que se transformou numa aldeia

urbana. Somente os Cinta Larga têm 19 casas em Riozinho, destas, 12 são do pessoal do Roosevelt, que ainda tem casa em Cacoal, Pimenta e Espigão. Esse movimento, de morar na cidade, coincide com a falência dos serviços da FUNAI, com os estudos e assistência para os filhos, com o esvaziamento do poder de decisão de quem mora no mato e, é óbvio, com a economia da madeira.

PIN 14 de Abril:

A população do PIN 14 de Abril é de 83 pessoas divididas entre o PIN, a Aldeia no Pé da Serra, a Aldeia do Manel e a Aldeia do Barroca. São a maioria os Mam (existem as variedades Mam Gip, Mam Terey, Mam Duley, Mam Dzipoap), algumas famílias Kakin e mulheres Kaban. No 14 de Abril moram os descendentes do Ami Sut (guerreiro temido, já falecido) e é um local intermediário entre o Cardoso (maioria Kakin) e o Roosevelt, com algumas famílias Mam Duley e Mam Dzipoap (raríssimos, pois estes foram assassinados pelo Ami Sut). A quantidade de crianças não chega a ser expressiva e existem muitos casais novos, com poucos filhos. Os índices de aborto são em torno dos 50%, quer dizer, de cada 10 mulheres que engravidam 5 não completam a gravidez e dessas 5 crianças que nascem, talvez 3 ultrapassem a fase crítica de 0 a 5 anos. Desta forma, o crescimento vem sendo bem aquém do esperado.

A maioria das mortes no 14 de Abril (6 em 92) é por infecções, traumatismos, acidentes de carro e abortos.

O número de deficientes físicos e mentais atualmente é de 1 criança de 3 anos com epilepsia, mais já chegou a 4. Os demais morreram; dois destes com uma síndrome congênita (irmãos de pai e mãe) que, apesar do tratamento, foram degenerando.

As condições fito-sanitárias são razoáveis e a água utilizada para o consumo é de mina; no entanto, o 14 de Abril é um local pouco agradável, que não tem astral de aldeia.

Existem mais mulheres adultas do que homens, e isto se deve ao fato de muitas mulheres em idade fértil não mais procriarem. As pessoas não tem mais o aspecto atraente e o orgulho, coragem e altivez Cinta Larga. Cederam para o medo, a dúvida, a contradição e a decadência.

Hoje possuem o maior rebanho bovino e caprino Cinta Larga ($\pm$ 97 cabeças), que está mal cuidado e sem assistência. Eles arrendaram um pasto para ser pago em bezerros e o gado do fazendeiro estava contaminado por brucelose, o que causou inúmeros abortos e mortes no rebanho e pode elucidar também o motivo dos abortos das mulheres.

PIN Capitão Cardoso:

É um dos postos que foram criados pela FUNAI com o intuito de ocupar a infra dos invasores (ex.: garimpo do Raul Espanhol/João Piloto), mas que nunca foi um local propício para aldeia. Durante muito tempo os índios continuaram a morar em suas aldeias (nas margens do Cardoso/Roosevelt/Flor do Prado) e apenas visitavam o PIN da FUNAI; mas, as epidemias de malária, falta de vacinas, e a desculpa de estudar foram atraindo as pessoas a morar no PIN Capitão Cardoso. Isso foi apenas temporário, pois os próprios Cinta Larga se dividiram novamente (1987/88) e fundaram a Aldeia Pacarána (jovens envolvidos com a madeira), a cerca de 30 Km da sede do Pacarána (Distrito de Espigão D'Oeste). Ficaram no Cardoso, algumas lideranças e famílias tradicionais. E somente agora perceberam que não tem sentido continuar morando em um lugar que não lhes agrada. A quantidade de mosquitos e borrachudos é inominável e já estão fazendo malocas na nova aldeia — o acesso terrestre será facilitado. São menos 30 Km e afirmam que vão continuar explorando a beira do rio.

Quanto a escola, em 7 anos, cerca de 2 alunos foram alfabetizados. A assistência à saúde é feita pela boa vontade e poucos

conhecimentos do chefe de posto (Chiquinho Tuxá) com os remédios que os próprios Cinta Larga adquirem. No PIN Cardoso moravam ainda 15 pessoas (novembro/92). Em dezembro/92 uma mulher abortou, no entanto, somando a área de influência (Aldeia Pacarána, Aldeia Alemão + Cardoso), este número chega a 78 pessoas.

Existe uma predominância Kakin, com muitos casamentos entre Mam Terey e Gip x Kakin. Algumas pessoas vieram do Roosevelt e o pessoal do Cardoso é tradicional, convivendo com o último Wawã (Pajé) Cinta Larga (Páli).

C - Infra e Estradas

Toda essa região, que vem sofrendo a influência da economia da madeira, está ficando com uma aparência igual.

A singularidade começa pelos quilômetros de estrada que foram abertos sem nenhum planejamento, muitas vezes nem mesmo servindo como acesso entre a aldeia e a cidade. Os madeireiros prezam mais, e mantêm em melhores condições, as estradas para retirarem a madeira do que as que dão acesso às aldeias.

Na AI Roosevelt existe uma ramificação de estradas, carreadores, picadas e pinguelas, difícil de ser computada. Seguem, abaixo, as distâncias médias entre as aldeias e Cacoal e alguns acessos internos:

- Cacoal/Roosevelt: 135 Km
- Cacoal/14 de Abril: 120 Km
- Cacoal/Pacarána: 155 Km
- Cacoal/Capitão Cardoso: 200 Km
- Roosevelt/Cachoeira Perdidos: 150 Km
- Roosevelt/14 de Abril: 45 Km

• Pacarána/14 de Abril: 30 Km (existe carreador de madeira)

• Pacarána/Cardoso: 50 Km

Obs₁: A estrada do Cardoso vem sendo "paga", já a 6 anos. São 60 Km, que os madeireiros Shultz e Balbinotti exploraram por 4 anos. Foi daí que os Cinta Larga resolveram "fiscalizar" e fundaram a Aldeia Pacarána.

Obs₂: As estradas e carreadores para extração de madeira são na proporção de 3 Km/1 Km.

Muitos dos acessos do PI Roosevelt são na margem direita do rio Roosevelt, onde, através de uma ponte construída a 4 anos, vem saindo cerca de 60% da madeira da Al Pq Ari; cabeceira do Igarapé Lage, rumo ao Cardoso e Cachoeira Perdidos, local tradicional do pessoal que hoje habita o Roosevelt.

Além das estradas, o tipo de arquitetura que os madeireiros e peões oferecem é o regional 5x6, coberta de amianto com poucas janelas e sem cozinha, sem fogão de lenha, nem água encanada, nem banheiro em casa, algumas com instalação elétrica através de motor.

Como tudo é feito sem planejamento, as casas também não obedecem a um traçado nem rumo, vão apenas arruando e construindo.

Nenhum destes locais conta com água encanada (o 14 de Abril capta de uma mina com carneiro, mas está quebrado a anos) e a captação é direta do rio e da fonte, com panelas.

Todos estes postos dispõem de escolas e enfermarias, apesar de muitas escolas não terem professores (Pacarána), enfermeiros (Cardoso, Roosevelt, Pacarána, 14 de Abril).

No Roosevelt tem antena parabólica e televisão, o que durante um tempo foi um sucesso. Hoje, já venderam o aparelho e só tem um único "aparelho comunitário".

Segue, abaixo, um quadro demonstrativo da infra-estrutura local posto a posto:

A situação dos bens, que adquirem a troco da madeira, com a desculpa de instrumento para substituir a exploração de recursos naturais, é absurda.

— Os carros (Toyota, etc) são novos e caros demais para as condições de uso que oferecem - (motoristas inaptos, índios sem habilitação, bêbados, desconhecimento total sobre funcionamento de um motor, estradas, carregadores e pontes péssimas, falta de manutenção).

— O gado que adquiriram não rendeu, e não estão com 1/5 da quantidade original. Poucos índios se interessam pela lida do gado, não vacinam (suspeita-se de brucelose), não fornecem sal mineral e, quando vendem, vendem abaixo do preço regional.

— As casas de madeira estão em péssimo estado e foram feitas com material de 5ª categoria. No 14 de Abril, quebraram todo piso de cimento para matar os ratos. Os banheiros nunca funcionaram por falta de mangueira para a água, os armários de cozinha servem de banco.

À chegada no PI Roosevelt, tem-se a impressão de uma vila pobre do interior do Brasil. As crianças brincavam com "caminhõeszinhos puxando madeira" e "metralhadoras de bambu".

— Algumas casas, na cidade, estão em melhores condições devido à manutenção.

— No Roosevelt, a 2 anos e meio que estão construindo uma casa de alvenaria de 300 m² para ser a casa do chefe de posto e "cacique". Ela tem servido apenas de curral.

— No Capitão Cardoso, além de malocas, ainda restavam 3 casas da FUNAI. No Pacarána, as casas são recém construídas mas não têm água.

— Não se consegue computar no que torram o dinheiro da madeira e do garimpo, além da comida (em grande quantidade e de má qualidade)

roupas, festas e farras, mulheres, hospitais, empréstimos nunca pagos, jogos e outras empreitadas duvidosas.

D - Atividades Econômicas

Hoje, a principal atividade econômica da Área Roosevelt é a madeira e algumas pesquisas minerais. Durante o contato, eram apenas os garimpos. O que hoje se explora vem seguindo os rastros dos primeiros garimpeiros que invadiram o Roosevelt.

A maioria dos postos da FUNAI na região dos Cinta Larga foi aberta aproveitando a infra, barracões, pistas, roças, garimpos, fazendas e explorações não indígenas (PI Roosevelt, PI Capitão Cardoso, PI 14 de Abril, PI Serra Morena, PI Rio Preto).

Os Cinta Larga começaram a explorar madeira depois que em 1984/85 flagraram e apreenderam grande quantidade de furto de madeira (14 de Abril) pela COMEXMAD e não conseguiram sua indenização e nem mesmo vender a madeira apreendida já que a madeireira ficou como fiel depositária e acabou retirando toda a madeira.

A FUNAI não se empenhou nem fiscalizou e, em seguida, promoveu a série de contratos feita pelo ex-presidente da FUNAI — Romero Jucá — que selecionou a dedo as grandes áreas com potencial madeireiro (Pq Ari, Vale do Guaporé, Uruew, Tubarão e rio Branco) com claro objetivo de lesar os índios.

Criaram, em 1989, a Associação PAMARÉ, que tem como objetivo "trabalhar pelo desenvolvimento e bem-estar dos Cinta Larga". Como não conseguiram criar nenhum projeto alternativo, vêm tocando a PAMARÉ a custo da madeira e de inúmeras iniciativas mal sucedidas de garimpo e pesquisas em suas terras.

É difícil e cansativo enumerar todas as aventuras em que têm se metido; no entanto, dá para afirmar que os Cinta Larga se transformaram de excelentes caçadores e guerreiros em péssimos comerciantes e "gigolôs de madeira".

É comum o fato de um madeireiro não cumprir com suas obrigações e não pagar os índios e em seguida voltar a explorar a reserva. Para isso, utiliza-se de uma matemática que não é controlada. Nela, os índios estão sempre devendo. Os madeireiros controlam tudo, e como não existe fiscalização, também não pagam corretamente. Os índios, como não plantaram a floresta e não consideram mogno (Nekuwat/remédio de onça) uma "espécie nobre", permitem a retirada, desde que paguem.

Segue listagem comentada do CEDI, dividida pelas áreas e postos:

*O fato de não termos informações documentais sobre o volume de madeira extraído não impossibilita ter uma estimativa de 25.000 m³ anuais de mogno, só na AI Roosevelt, afora as outras espécies. Nos últimos 5 anos = 125.000 m³.

*As iniciativas de garimpo no Roosevelt, 14 de Abril e Cardoso, são experiências e pesquisas, se comparadas às atividades no Rio Aripuanã (PI Serra Morena) e Rio Preto (PI Rio Preto). Geralmente, as pesquisas acabam em prejuízo para os índios, pois os garimpeiros e pesquisadores "dão o cano" e não pagam porcentagem aos índios.

E - Estradas

Já foi tratado.

F - Garimpos

Os garimpos e pesquisas na AI Roosevelt vêm seguindo o roteiro dos primeiros garimpeiros que aí chegaram para explorar. A realidade é tão contraditória que os Cinta Larga já recorreram aos garimpeiros da equipe do Raul Espanhol (primeiro invasor do Pq Ari, que abriu todas as pistas de pouso que hoje são Postos da FUNAI). Em 1988, eles instalaram as primeiras balsas de diamantes no rio Roosevelt.

Um Cinta Larga (Camarão) morreu afogado ao imitar o modo como os garimpeiros mergulhavam em 1988 e, daí para cá, houve quase que um rodizio ininterrupto de garimpeiros e pesquisadores.

— Para os índios, até agora, isso não resultou em nenhum lucro, a não ser especulação e prejuízo.

— O pessoal do Cardoso matou alguns garimpeiros que, em 1989, estavam invadindo e explorando suas terras.

— No 14 de Abril, é recente a iniciativa de procurar investimentos de madeireiros e empresários (Márcio Piloto) para custear a mineração de cassiterita. Isto pode resultar num empreendimento incontrolável e sem parâmetros já que o rio 14 de Abril atravessa as áreas Cinta Larga e Zoró.

G - Águas Poluídas e as Hidrelétricas

As águas do Roosevelt ainda estão limpas e saudáveis, somente porque ainda não encontraram uma mina de diamante ou um veio de ouro que seja comercialmente compensador; quando isto acontecer, o destino do Roosevelt ficará igual ao do rio Aripuanã (vide Serra Morena).

Existe uma hidrelétrica planejada no Capitão Cardoso que está no complexo de médias usinas e que já consta no mapa da Eletronorte. Os índios, mesmo sabendo, parecem não se importar muito, enquanto estiver somente no planejamento.

Quanto ao rio 14 de Abril, seu leito vem sendo revirado na exploração de cassiterita e a falta de tecnologia (lagoas de decantação, retro-escavadeiras) pode resultar num grande desastre ecológico.

4 - AI Pq Ari

A — Extensão e Situação Fundiária

São 1.258.323 demarcados em 1985, homologados em 20/11/89 e registrados em 1988 nos cartórios de Vilhena e Cuiabá. É a maior área dos Cinta Larga e tem grandes manchas de cerrado nas cabeceiras do Roosevelt, Tenente Marques, Eugênia e Aripuanã. Existem vestígios de outros grupos

indígenas, principalmente Nambikwara arredios, justamente nesta parte do cerrado.

A diversidade de ecossistemas dentro de um único e extenso território proporciona uma riqueza de opções de modos de vida que, infelizmente, os índios não estão aproveitando. As áreas de cerrado, apesar de não terem mogno, têm muita caça, mel e artefatos para flechas que são escassos em outras áreas indígenas.

A AI Pq Ari, devido ao volume de mogno, foi alvo do contrato entre o ex-presidente da FUNAI (Jucá) e a Brasforest, que era o maior contrato da época (1987) 40.000 m³ anuais só de mogno!! O volume altíssimo despertou a ganância dos outros madeireiros que, se sentindo prejudicados, resolveram vazar as informações.

Provavelmente, o responsável pela Brasforest, que assinou o contrato, é o mesmo que continuou a explorar a madeira da AI Pq Ari — José dos Santos Paes Neto — vulgo Zé da Mercantil.

Boa parte da madeira que sai, como a da AI Roosevelt e a da AI Serra Morena, provém, na verdade, da AI Pq Ari, inclusive a da aldeia 21. Além disso, a Usina Hidrelétrica de Juína atinge e alaga terras da AI Pq Ari (acima da usina) e, indiretamente, a AI Serra Morena. Os garimpos que poluíram o rio Aripuanã atingem diretamente as cabeceiras, os formadores e toda a AI Pq Ari.

Existe um posto indígena (PI Tenente Marques), a aldeia do Eugênia, a aldeia do Poeira, a aldeia do 21 e vários acampamentos, e mais 700 Km de estrada no interior da AI Pq Ari.

B — População

Os Cinta Larga do PIN Tenente Marques são na sua maioria Mam Terey e Mam Dzipoap. A aldeia do Eugênia é hoje o maior reduto Mam Dzipoap, e no Tenente Marques a maioria é Mam Terey.

Dá para se notar também uma movimentação interna dos Cinta Larga reabrindo aldeias em locais históricos e importantes na cosmologia grupal.

A população total da AI Pq Ari é de 159 pessoas, somando o pessoal da aldeia do Geraldo, aldeia da Roça, aldeia do Eugênia, aldeia do Poeira e do PIN Tenente Marques.

Os Cinta Larga do Tenente não são tão afetados pelos bens de consumo como no Roosevelt, apesar de terem TV, Vídeo, Antena Parabólica, casas no estilo regional (com varanda, piso de cerâmica, luz e fogão a gás). O PIN Tenente Marques é o único local em que se parece enxergar onde as pessoas estão gastando o dinheiro. Tem roças magníficas, muita fartura, inclusive de alimentos não tradicionais (arroz, feijão, farinha) que complementam com as mercadorias que compram e com a chicha e alimentos tradicionais. As caçadas são frequentes e mantêm o pessoal com uma alimentação bastante saudável. O PIN Tenente tem tratores e com eles mantêm a pista, limpam a roça e consertam alguns trechos da estrada.

Foi o único local em que estive que, apesar da economia madeireira, as pessoas mantêm práticas tradicionais e têm autonomia.

Estão já a 3 anos pagando o madeireiro por uma mini usina hidrelétrica que já deveria estar em funcionamento. Com isso, vão ser auto-suficientes em energia, e é por isso que o madeireiro (Zé da Mercantil) está atrasando a entrega.

Existem muitos casos de deficiências física e mental, que podem ser motivados tanto por problemas genéticos como por fatores estranhos. São

6 casos: 3 mudos (2 adultos e 1 criança) com lesão e retardo, 1 autista (tem 11 anos e é bem tratada), 1 paralisia cerebral adulto e 1 criança com lesão total, quase vegetativa. É 1 deficiente para cada 26,5 pessoas. Isto é altíssimo — e devemos investigar melhor esta frequência. As lideranças do Tenente Marques, João e Vicente Cinta Larga (irmãos), é o que tem de mais tradicional e representam uma certa elite. Não dá para comparar o tipo de liderança que o João promove — na qual os jovens obedecem e seguem suas propostas — com o que ocorre no Roosevelt, que é hoje um local sem domínio nem proposta, com 40 % da aldeia morando em Riozinho. A aparência é que as pessoas respeitam o João e precisam dele para conseguir o que querem. Ele sabe disso e exige lealdade; e é assim que as coisas funcionam.

O número de abortos e filhos mortos é alto também. Algumas mortes, no Tenente, se devem por falta de assistência em acidente ofídico. Mas, foi o único local que em vez de diminuir aumentou a população (1989) — 134; (1993) — 159.

C - Infra

Toda a infra existente é devida aos índios e ao dinheiro da madeira.

São 15 casas do PIN Tenente Marques — somente 2 são da FUNAI (casa do chefe de posto e enfermaria/velhas), recém construídas, um depósito e um galpão para os carros e tratores são obras de madeireiros. Tinha uma grande maloca que foi queimada recentemente. Existem mais 5 casas na aldeia do Geraldo, 2 na aldeia da Roça e também uma maloca; e mais duas malocas na aldeia do Poeira recém construídas.

O pessoal do Tenente é servido de água diretamente do rio, que é de boa qualidade, apesar de turvar na chuva. Existem algumas privadas. É um local agradável.

A aldeia do rio Eugênia é o local mais bonito dos Cinta Larga. Distante 70 Km do PIN Tenente Marques, por uma estrada nova e cheia de atoleiros. Quem se transferiu para o Eugênia foi o pessoal que veio insatisfeito de Serra Morena devido à poluição do rio e à alta mortalidade infantil (11 pessoas até 1992). Na maioria, os homens são Mam Dzipoap e as mulheres Kaban (filhos do pessoal de Serra).

D - Atividades Econômicas

A região do Eugênia vem sendo explorada no filé. Na margem esquerda, Zé da Mercantil, desde de 1988, tem o controle absoluto de toda a madeira do Parque Aripuanã (foi ele que fez os 150 Km de estrada principal, afora cerca de 400 Km de carreadores e picadas). Daí saíram cerca de 20.000 m³ (só mogno), o que soma cerca de 100.000 m³ (em 5 anos) — afora os que foram roubados pelo Rosseti (1986/87/88) e o que o Roberto Carlos vem explorando na margem direita do rio Eugênia, entre o rio Amarelinho, o Aripuanã e o Eugênia. Deste local, vem saindo cerca de 15.000 m³ por ano (últimos 3 anos); somente a estrada que possibilita esta exploração tem 250 Km. O grande explorador, aí, é o maior intermediário de mogno (Moacir Cruzetta, de Vilhena). É ele que compra do Roberto Carlos.

E - Estradas

O Pq Ari é Área Indígena de maior quilometragem aberta nestes últimos anos.

- Cacoal/Tenente Marques: 200 Km
- Cacoal/Eugênia: 278 Km
- Tenente Marques/Eugênia: 78 Km
- Eugênia/Serra Morena: 86 Km
- Roberto Carlos (N/S)/Eugênia: 160 Km
- Roberto Carlos (S/N)/Amarelinho: 200 Km
- Rosseti/(N/S): 150 Km

As distâncias são imensas e as áreas que estão sendo exploradas representam o coração do Pq Ari.

O Parque Aripuanã é controlado por dois grandes madeireiros: Zé da Mercantil (Tenente Marques e margem esquerda) e Moacir Cruzetta (margem direita do Eugênia/Amarelinho/Aripuanã). Eles são responsáveis por todo o dinheiro e infra locais. Também controlam a vida dos índios, compram e mantêm os carros, TV e funcionários, constroem casas e mini usinas.

O pessoal do Tenente Marques tem hoje:

1 F4000

1 Toyota (Geraldo)

1 Toyota cabine dupla (João)

1 Toyota (Vicente)

1 Toyota (Poeira)

1 Gurgel (João)

-1 Toyota (roubada)

6 veículos

F - Garimpos

Já houveram muitas iniciativas, pesquisas e explorações de minérios (ouro, diamantes na área do Pq Ari). O rio Tenente Marques já teve, em 1988, 3 dragas garimpando diamantes em seu leito (transportados de helicópteros), até que os Cinta Larga descobriram e apreenderam o material.

No Eugênia, devido à distância e falta de acesso, somente agora (1992) vem sendo pesquisado.

Existem garimpeiros no Eugênia e Tenente Marques que, com a permissão dos índios, prometem dividir o lucro obtido (só 2 [duas] turmas de 3 garimpeiros e um barco cada).

Além destes garimpeiros, um ex-funcionário da FUNAI de Cuiabá e piloto de avião (Marinho) está pesquisando a região e o subsolo do Pq Ari. Esta região, foi requerida desde a década de 70 pela mineração RONDON, SOPEMI e EMAL.

A divisa com o rio Aripuanã vem sendo atingida pelos garimpos não indígenas (Porção, Arroz, 2 Barras, etc), que assorearam e poluíram completamente o rio Aripuanã.

Apesar destas tentativas de mineração, o volume dos recursos não dá para comparar com os da exploração madeireira.

G - Águas Poluídas e Hidrelétricas

Toda divisa leste do parque Aripuanã está comprometida com a poluição do rio Aripuanã (garimpos Porção, Arroz, 2 Barras, Cinta Larga, etc) nas cabeceiras do rio 21.

É necessário que a FUNAI assuma e intervenha juntamente com a Procuradoria da República, IBAMA e Secretaria do Meio Ambiente de MT para

salvar o rio Aripuanã que está morrendo, assoreado pelos garimpos de diamante.

Além de atingir a divisa com o Pq Ari, toda população Cinta Larga de Serra Morena foi atingida e as mortes foram muitas neste período (91/92) 7 (5 adultos, 1 mulher e 1 criança), afóra os abortos, só na Serra Morena.

A hidrelétrica de Juína (UHE Juína), que vem sendo imposta aos Cinta Larga desde 1984, está sendo tocada como uma obra irreversível. Os índios obtiveram alguns bens materiais (carros, motores, estradas), que hoje se encontram sucateados e em péssimo estado de conservação. O maior prejuízo foi, sem dúvida, a invasão dos garimpeiros nas cabeceiras do rio 21. Isso, nem as firmas que tocam a usina (CEMAT/ESTENGE) poderiam prever. Chegam a inviabilizar o potencial energético da UHE Juína devido ao volume de terras que turva e enlamea o bravo rio Aripuanã.

Coincidiu com o retraimento do garimpo, o reativamento das obras pela CEMAT (PRODEAGRO), que hoje, em ritmo de inauguração, estaria funcionando se não fosse a intervenção da Procuradoria da República paralisando a obra. Deve-se fornecer subsídios e convidar o Procurador para verificar *in loco* o que vem ocorrendo no Pq Ari.

Os Cinta Larga remeteram uma carta a Procuradoria da República (anexo), solicitando uma intervenção neste sentido.

5 - AI Serra Morena

A - Extensão e Situação Fundiária

Criada pelo Dec. 78.109 de 22/07/76, homologada pelo Dec. 98.824 (15/01/90) e registrada em cartório (matrícula 41.255) de 08/03/90. São 148.300 hectares na margem direita do rio Aripuanã, contígua ao Pq Ari.

Juntamente com o PI Roosevelt, foi a Frente de Atração Cinta Larga mais importante na região e influenciou as aldeias do Pq Ari e AI Aripuanã.

São dois PIN's (PI Serra Morena e PI Furquim) e mais as Aldeias do 21 que, somados, chegam a 145 Cinta Larga.

B - População

As recentes mortes na AI Serra Morena (7) são uma ameaça à sobrevivência física dos Cinta Larga (os abortos são incontáveis e somente quando o censo for comparado com o de 1989 é que se chegará realmente ao índice de mortalidade).

A média é que, fica entre cada 10 mulheres, 6 não completam a gestação. De cada 4 crianças, apenas 2 sobrevivem. Isto é um atentado à sobrevivência física dos Cinta Larga.

O índice de esterilidade das mulheres é alto, principalmente em mulheres jovens (17-40 anos).

A maioria das mortes recentes na Serra foi de adultos em idade fértil.

Quanto aos grupos locais, os Kaban são a elite, maioria na Serra, e têm aparência bastante íntegra. A maioria dos casamentos é entre Kaban x Kakin; Kaban x Mam Gip e ainda existe os Kaban x Kaban (avô x neta). No Furquim, dominam os Mam (Terey) e toda a descendência do Papai Grande. No

21, estão os Kaban filhos e netos do velho macho (Pedrão, Constantino, Gabriel).

Não foi verificada a ocorrência de deficientes físicos e/ou mentais. Não que não ocorra, mas o controle de sobrevivência Cinta Larga na Serra Morena não suporta e acaba eliminando os não perfeitos.

As recentes mortes que ocorreram na AI Serra Morena (7) abateram a comunidade e a vêm dividindo em novas aldeias. É insuportável permanecer no mesmo local de tantas mortes e sentir-se como potencialmente o próximo.

Foi daí que criou-se a aldeia 21 e a nova (Córrego Seco), onde mora o pessoal que estava na Serra. Fica a uns 5 Km antes da Serra e a antiga Serra Morena está sendo enterrada pelo capim e capoeira. Retiraram algumas tábuas para fazer as novas casas, mas lá ficou toda a infra do período da madeira: casas, escola, poço, antena parabólica, garagem, etc.

Os Cinta Larga abandonaram a Serra (a ± 3 anos não tem um funcionário da FUNAI permanente na região) e criaram estas novas aldeias insatisfeitos com a poluição do Aripuanã, com a Usina, com a omissão da FUNAI e sem projetos para o futuro.

O período da madeira lhes tirou 3 grandes lideranças (Atrop, Pazudo e Lampião) e, diferentemente do Roosevelt, o pessoal da Serra deixa transparecer sua grande insatisfação com a exploração de suas terras. Aqui é um local exemplar para se iniciar um programa piloto tanto de recuperação ambiental quanto de experiências de coleta, classificação, triagem e armazenamento de sementes da floresta tropical e de um banco de germoplasma que vise o atendimento de uma demanda já existente. Os grandes reflorestadores adquiriram sementes de mogno na Bolívia já que ninguém aqui no Brasil se ocupa desta atividade (US\$ 100,00 por Kg). A Serra Morena e região são excelentes locais para se implantar esta prática.

A dor dos parentes que morreram estimula os índios a procurarem outras alternativas além da madeira e garimpo.

Sabemos que para romper com o ciclo da madeira e garimpos é necessária a vontade dos índios e projetos que lhes dêem apoio e sustentação.

C - Infra

A Serra Morena já foi o posto indígena mais estruturado e ativo da FUNAI na região. A área de influência nas frentes de atração atingiu todo o Pq Ari (aldeia do Tenente e Eugênia) e também a AI Aripuanã e Cardoso.

A infra era simples e humilde. Casas de paxiuba e malocas Cinta Larga conviviam frente a frente.

Quando os recursos da madeira começaram a influenciar a vida na aldeia, passaram a consumir em excesso, não se dando conta do custo disso.

É deste período a frota de 8 carros, 8 casas, uma casa de alvenaria do Lampião, a antena parabólica, as casas na cidade e os casamentos com brancas.

Foi um período parecido com os do Zoró hoje.

Eles consumiam e gastavam pelos anos de miséria e falta de dinheiro. Os argumentos de que tudo aquilo era fugaz não os interessavam e conseguiram enterrar a comunidade no buraco que estão hoje.

PI	Casas	Igreja	Carros	Água	Enfermaria	Orral	Escola	TV	Rádio
Serra Morena	6	0	1	0	0	0	0	0	1
Furquim	5	0	0	0	0	0	0	0	1
Aldeia 21	14	0	2	0	1	0	1	0	1

D - Atividades Econômicas

A Serra Morena, que foi o primeiro garimpo de diamante e ouro no norte de MT, explorado pelo Raul Espanhol e pelo ex-prefeito de Aripuanã — Amauri Furquim — e por garimpeiros, foi o centro das atividades econômicas no norte de MT nos anos de 70/80.

O contato com os índios, a interdição da área e o fechamento dos garimpos desagradaram a muitos. A FUNAI nunca deu atendimento, relacionou as prioridades e investiu em programas que possibilitassem aos Cinta Larga um aproveitamento racional de suas riquezas.

O fim do POLONOROESTE coincide com o período de falência dos serviços da FUNAI (86 em diante) e o assédio dos madeireiros e garimpeiros.

Melhor do que roubar a madeira indígena é pagar por ela quantias irrisórias, sem medição correta, e ainda ser considerado "amigo" pelos índios.

Quando as negociações com a usina já se encontravam superadas, a estrada feita, os carros (F4000 e Toyota) funcionando, os madeireiros da região (Verdan, Brás Martins, Mário Fogaça, etc) perceberam que, se oferecessem serviços não mais executados pelo órgão tutor, ocupando um espaço cativo em cada aldeia, seriam aceitos pelos índios.

A partir deste momento, os madeireiros passaram a bancar tudo: carros, comida, hospitais, medicamentos, aviões, hotéis, festas, noitadas, viagens, etc. Tudo isso a troco de madeira.

Aproveitando-se da estrada (feita pela CEMAT/CODEMAT) para a usina e para a aldeia, os madeireiros atravessaram a ponte (feita pela usina, para inventariar a área de alagação da barragem) e passaram a tirar a madeira do lado do Pq Ari.

Em seguida, abriram a estrada até o PI Furquim (± 50 Km) e consumiram com toda a madeira da divisa leste.

Dá para estimar em 10.000 m³ por ano a exploração de Serra Morena, acumulando, nos últimos 5 anos, mais de 50.000 m³ de madeira nobre abatida. Os madeireiros são os mesmos, a anos. E continuam ampliando suas atividades sem nunca terem sido molestados. Outras serrarias estão entrando em acordo com os índios principalmente para o aproveitamento de forquilhas e madeira branca (Bianchi, Bernec, Cabixi, Rezzieri).

O potencial madeireiro de Serra Morena se encontra já bastante abatido; por isso, os madeireiros passaram a explorar a margem esquerda do Aripuanã, do outro lado da usina (AI Pq Ari).

E - Estradas

A exploração de madeira está diretamente ligada ao número de quilômetros abertos por ano.

Os madeireiros dão prioridade para retirar madeira de locais que tenham acesso facilitado e potencial madeireiro relevante.

Por isso, eles começaram a explorar locais que já eram servidos de estrada (PI Serra Morena, PI Roosevelt e PI 7 de Setembro) e, depois, foram ampliando suas áreas (Tenente Marques, Eugênia, Rio Preto, Flor do Prado, Furquim, Usina, Amarelinho, etc).

As estradas que os madeireiros fazem servem basicamente a eles, pois, quando se inicia o período de chuvas e as estradas atolam, os madeireiros retiram seu maquinário e adiam para o ano seguinte (seca) a reforma da estrada. Com isso, os índios estão sempre esperando para consertar a estrada.

A AI Serra Morena é servida por:

- Cacoal/Serra Morena: 650 Km
- Cacoal/Aldeia 21: 600 Km
- Cacoal/Furquim: 700 Km

E internamente por:

- Serra Morena/Usina/Eugênia: 100 Km
- Serra Morena/21: 100 Km
- Serra Morena/Furquim: 70 Km
- Furquim/Filadélfia: 12 Km

Somente os 12 Km da Placa até o PI Serra Morena foram abertos pela CODEMAT; o restante, foi os madeireiros que abriram nestes últimos 5 anos.

É por causa deste paradoxo que proponho um convênio FUNAI/DNER/DER para manutenção das estradas principais de acesso às aldeias, não permitindo que, através da desculpa de se arrumar uma estrada, mais alguns milhares de m³ sejam abatidos. As prefeituras da região utilizam-se tanto de máquinas estaduais (DER's) como federais (DNER's). Através de convênio com a FUNAI, pode-se pleitear que mantenham estas estradas.

F - Garimpos, Águas Poluídas e Hidrelétrica

Esta é a atividade econômica que mais tem poluído e lesado sócio-financeira e ambientalmente a comunidade Cinta Larga de Serra Morena.

Esta também foi a primeira atividade invasora do território Cinta Larga na década de 60/70 (garimpos Raul Espanhol/Arruda e Junqueira - vide Massacre do Paralelo 11°.) e que culminou no tristemente famoso Massacre do Paralelo 11°.

Apesar dos conflitos índios x garimpeiros serem constantes e violentos, estes, sempre utilizavam de suborno e aliciamento de lideranças como forma de garantir sua permanência.

E foi em troca dos "presentes" e suborno que os garimpeiros conseguiram fazer as primeiras pesquisas minerais na região, na época em que região era explorada pela SOPEMI (mineradora francesa/sul-africana).

Por volta de 86/87, efetivou-se a invasão da região. Foi o período de grandes problemas sociais (fechamento da Serra Pelada; a questão de Roraima; a falência da atividade da FUNAI e a escassez de recursos por parte dos órgãos da fiscalização) acrescido pela intensa movimentação nos canteiros da UHE Juína (CEMAT) encravada na quina da AI Serra Morena, alagando potencialmente terras indígenas na AI Pq Ari. Esta obra deu acesso a regiões nunca pisadas por não-índios. Com a ponte atravessando o rio

Aripuanã e evidenciando os limites das terras indígenas, fomentou-se entre os garimpeiros a invasão da região. Foram levas de garimpeiros, vindos de todos os cantos do Brasil e, até mesmo, bolivianos, que não invadiram somente a AI Pq Ari (margem esquerda do Aripuanã) mas também a mineradora SOPEMI e terras de particulares (margem direita). Os garimpeiros, espertamente e orientados, não se fixaram na margem esquerda (AI Pq Ari) e sim na margem direita (fazendo acordos ilusórios com os proprietários) e todos igarapés e pequenos rios formadores da cabeceira do Aripuanã. Daí advêm os nomes dos muitos garimpos (2 Barras, Cinta Larga, Sorriso), além do Porcão e Arroz e 180.

Os garimpeiros, nestes 7 anos, conseguiram exaurir os recursos com ganância, poluindo e assoreando o maior formador da margem direita do Amazonas — o rio Aripuanã — e, por conseguinte, o rio Madeira, inviabilizando muitas outras atividades, até mesmo a sobrevivência rio abaixo.

Exemplo:

- Aldeia Indígena Serra Morena — Totalmente atingida e prejudicada pela poluição; altíssimo índice de morbidade e mortalidade diretamente ligado ao garimpo; desestruturação na vida social.
- UHE Juína — Inviável, se persistirem os níveis de assoreamento do rio; a massa e peso da terra e lama misturados à água impedem as turbinas de girar e gerar energia.
- Cidade de Aripuanã — Impossibilidade de captação de água do rio para consumo devido ao alto grau de turbidez; diminuição da quantidade de peixes.
- Moradores ribeirinhos e seringueiros — impossibilidade de consumo d'água diretamente do rio e transtorno devido à dificuldade das outras fontes, etc.

• Juína, hoje, não mais parece ter sido a capital do diamante, e o que restou?: a poluição do rio, assoreamento da barragem, garimpeiros e aventureiros desempregados e comércio falido — o prejuízo é imenso. Para os Cinta Larga, ainda mais, pois o alto número de mortes, significa a morte de um povo.

Quanto à UHE Juína, a CEMAT considera o acordo com os índios um caso superado apesar de saber que não cumpriu com sua parte no acordo dos "royalties" e recuperação ambiental do rio Aripuanã; dando a obra como "pronta". Passaram, então, a instigar a população local, que tanto deseja uma energia de qualidade mas que não sabe que o projeto da UHE visa fornecer energia para cerca de 1/3 da população do município atual de Juína e que, devido à poluição do rio, talvez nem isso gere. E que existiam outros locais com maior potencialidade energética sem causar grandes transtornos.

A atitude do Procurador da República de MT surpreendeu a todos que trabalhavam à margem da lei e causou a ira da prefeitura local (Hilton Campos) a ponto de querer ignorar a decisão da Procuradoria e inaugurar a obra.

Para os índios, no dia em que for inaugurada, extinguem-se todas as chances de negociarem o que lhes é devido.

E a FUNAI, infelizmente, tem estado à margem, tanto em área, (não oferece assistência necessária e se "encosta" na usina, utilizando-se de casa, transporte, alimentação, rádio, etc) quanto em Cuiabá (a participação de um funcionário da FUNAI nas negociações com a CEMAT foi sofrível) e Brasília (ignoram a pressão contra os índios, não conseguem informações confiáveis de campo e discutem em cima de hipóteses remotas, que não batem com a realidade).

6 - AI Aripuanã

A - Extensão e Situação Fundiária

São 753.400 hectares identificados e demarcados em 5/11/86, homologados pelo Dec. 375 de 24/12/91 e registrada em cartório em 22/01/92. Foi a última área Cinta Larga a ser identificada, a mais tradicional e a que faz a união do grande Pq Ari como um território só (Cinta Larga, Zoró, Suruí, isolados).

O que existe de invasões propriamente ditas são as atividades da madeira e garimpos sem a permissão dos índios. No Guariba, existem duas fazendas com pasto (Rancho Grande e Paraíso) dentro da área e em plena decadência. A área do Flor do Prado, devido à demora em se homologar e a não demarcação física pelo exército em 1985 (o exército suspendeu a demarcação quando faltavam os 12 Km entre as cabeceiras do Flor do Prado até o Guariba) vem sendo alvo de invasões seguidas pelos "fazendeiros" do condomínio Lunardelli, que se diziam donos das terras e vendem a madeira a terceiros. A região do Lontra é um local de atrito previsível. Urge abertura destes 12 Km (Flor do Prado/Guariba) e a reavivência dos 12 Km entre o Lontra e o Igarapé Taquaral.

B - População

A população da AI Aripuanã foi a mais atingida neste período (87-93) de exploração irracional dos recursos naturais e a maior parte das mortes poderia ter sido evitada. Entre 82 e 87, (Projeto Cinta Larga/OPAN) foram computadas 3 mortes (1 acidente ofídico e 2 assassinatos) e 3 abortos (carregamento de peso excessivo, manuseio de veneno, malária associada à gravidez). Somente no ano de 1989 (auge do garimpo do Rio Preto), com as atividades de Francisco de Assis da Silva (Chicão da FUNAI) e Abdiel Rabelo

(cocaíneiro, irmão do ex-deputado Jabes Rabelo) morreram 14 pessoas — maioria mulheres e crianças.

Até 1987, o PI Rio Preto era habitado por 129 pessoas. Hoje, em março de 1993, são 105 pessoas — é como se tivessem morrido 24 pessoas e não nascido ninguém. Isto é crescimento negativo e aponta para o extermínio.

A maioria da população Cinta Larga é Kaban, com casamentos entre Kaban x Kakin , Kaban x Mam Dzipoap, Kaban x Mam Gip e até os Kaban x Kaban (avô x neta) que podem ser considerados a reserva cultural Cinta Larga.

Apesar do garimpo, da desunião, das mortes e da ganância de certas lideranças, ainda é a região em que mais existem aldeias tradicionais (atualmente são 8: Roça Naki, João, Sabá, Geraldo, Manel, Roberto, Paraquida; e ainda existem as malocas do Guariba), a maioria apenas acessíveis a pé e, por isso mesmo, mais preservadas.

O garimpo e o que ele representa (as mortes, o roubo, drogas e a decomposição da sociedade Cinta Larga) fizeram com que as pessoas se afastassem do PIN Rio Preto, permanecendo lá apenas os agregados do Naki, fundando novas aldeias e locais sadios e tradicionais, tentando reestabelecer a autonomia e independência.

O que a FUNAI local (Cacoal) não parece perceber é que, manter o chefe de posto para pegar malária 2 meses/ano e se frustrar vendo a decadência do garimpo sem poder influenciar em nada, pouco adianta. O perfil do indigenista que vai trabalhar nesta área deve superar em muito a média dos que vão para capinar na porta de casa. O chefe de PIN deve entender que seu trabalho atinge toda a área indígena (753.000 hectares) e por isso ele deve percorrê-la, conhecer as outras aldeias, conviver com o que resta de original dos Cinta Larga e apoiar justamente as atividades que visem a autonomia e dignidade do grupo.

C - Infra

A infra do PIN Rio Preto é sofrível, e qualquer um que aí chegue não acredita que daí saiam 5 a 7 Kg de ouro/semana. Existem 3 barracos da época da mineração americana e mais 2 casas em péssimo estado (1 escola/atual residência do Capitão e 1 casa com enfermaria onde, quando existe, dorme o chefe do PIN).

A pista ainda existe e foi reaberta este ano pelos garimpeiros e madeireiros.

A captação d'água é por gravidade, do alto de uma serra, devido à poluição do Igarapé Rio Preto.

A quantidade de buracos e grotas abandonados pelos garimpeiros se estende por mais de 10 Km² nas margens do córrego. Foi com apreensão que visitei tais locais. Parecem assombrados, a quantidade de focos de malária é absurda e os buracos com água parada e turva dão a impressão de serem rasos mas têm em média 8 a 15 metros de profundidade.

Os Cinta Larga, abandonados ao próprio azar e com o alimento escasso, sem roças e com pouca caça, passaram a ir pescar nos buracos e lagoas de garimpeiros no "baixão", se alimentando de traíras e papa-terras com altíssimo grau de mercúrio. A FUNAI, ausente da região a anos, tentou manter um funcionário mas, devido a malária, este foi transferido em pré-coma malárico, ficando apenas 2 meses na região.

As mortes por malária foram responsáveis por 5 entre as 8 lá ocorridas este ano e devem ser alvo de um trabalho conjunto FUNAI/FNS/SUCAM, através de uma blitz de saúde, inclusive com medidas sanitárias (drenagem dos poços focos de malária, venenos, etc).

PI	Casas	Igreja	Carros	Água	Enfermaria	Curral	Escola	TV	Rádio
----	-------	--------	--------	------	------------	--------	--------	----	-------

Rio Preto	5	0	1	1	1	0	1	0	1
Flor do Prado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ald. Tequaral	0*	0	0	0	1	0	1	0	0

*Existem 3 malocas.

D - Atividades Econômicas

Desde o contato, os Cinta Larga são perseguidos pelos garimpeiros e aventureiros.

Muitos foram os conflitos com várias mortes de índios e não índios.

Quando a mineração ANCON MINING requereu o subsolo de 70% do território Cinta Larga, os índios não previam o que ainda enfrentariam. Na época da mineração, a relação era de desconfiança, por isso os índios, quando iam à pista, eram rapidamente atendidos em suas pretensões (sal, açúcar, roupas, facas) e mandados embora.

Quando os americanos perceberam que não conseguiriam transferir os índios de suas terras, resolveram se aliar aos garimpeiros manuais e transformar a sede da mineração em garimpo desordenado. Durante este período, os índios foram tratados como intrusos em suas terras. Quando a FUNAI fundou o PI Rio Preto (85/86), conseguiu-se um breve período de tranquilidade e fartura.

No entanto, a falta de assistência, as promessas nunca cumpridas e a inexistência de uma prática indigenista em área, permitiram a reabertura do ex-garimpo do Ouro Preto, agora com o assentimento dos índios e participação de funcionários da FUNAI (Chicão). Deve-se ressaltar que isto ocorreu num momento delicado para os Cinta Larga, no auge do conflito com o

grupo arredio "baixinhos"/Andaroup. A entrada dos garimpeiros se deu através da promessa de fornecer armas, espingardas, munições, foguetes para que os Cinta Larga enfrentassem os "baixinhos", já que a Frente de Atração não atuou neste sentido (o tal do Chicão era o chefe da Atração).

Com o início do garimpo, muitas promessas foram feitas e nunca cumpridas. Prometeram auto-suficiência econômica, alimentos, criação de gado, porcos, galinhas, enfim, uma fazenda para sustentar os Cinta Larga.

Deve-se registrar o período em que o cocaineiro ABDIEL RABELLO utilizou para sua conexão a pista, o garimpo e a AI Aripuanã. Os índios afirmam ter presenciado as trocas de avião e ouro x pó.

Os índios, embevecidos no auge do garimpo, passaram a consumir com a avidez de quem nunca teve e não se preocuparam se um dia isso tudo iria acabar. Já acabou. E pior, o saldo de tantas mortes não tem preço, chegando a comprometer o futuro dos Cinta Larga.

São precisos 7 ou 8 anos para se recuperar o crescimento da população Cinta Larga no Rio Preto, com um programa de controle dos abortos e fertilidade feminina.

De assediados pelos garimpeiros, que lhes ofereciam roupas, alimentos, aviões, mulheres, hoje, o líder Naki chega em Aripuanã reclamando "cadê garimpeiro? Amigo bom, nada?. Cadê trabalhar ouro, nada? Tá com fome, menino doente tudo, cadê ouro tirá, nada? Cadê avião???" e sai catando aventureiros para, a troco de qualquer coisa, explorar mais ouro.

Os madeireiros, seguindo a trilha aberta pelos outros Cinta Larga, chegaram na AI Aripuanã, numa situação bastante favorável.

Não existe a FUNAI na região, os garimpeiros esfacelaram o pouco que poderia haver de integridade e poder de união dos Cinta Larga, a

A falta de um apoio mais sistemático para o Paraquida irá propiciar que ele se alie a qualquer esperto da região a troco de 10 Km de estrada.

A dois anos, eles apreenderam madeira e maquinários de madeireiros que estavam em suas terras. Só faltaram 10 Km para chegar à aldeia e isso acabou se transformando em 85 Km, pois como não tem estrada, também não tem carro e, quando vão à cidade, só vão a pé — são 3 dias bem andados. Isto, nas emergências, é inviável. Quando ocorrem mortes, se revoltam, prometendo se aliar a madeireiros, garimpeiros ou ao primeiro que fizer a tal estrada.

Estivemos com o prefeito de Aripuanã — Alceu Veroneze — verificando a possibilidade de se fazer a estrada sem ter que vender madeira. O prefeito foi cordial, mas não prometeu. Apenas adiantou que, chegando as máquinas do estado (maio/junho/93 — CODEMAT) para abrir a estrada do Lontra, ele tentaria concluir estes 10 Km.

Soube, através dos índios, que já começou um movimento para adentrar novamente na área.

É neste momento que uma atuação da FUNAI exemplar, assumindo o controle da área e executando os serviços necessários como assistência, vacinas, melhoria de acesso, apoio à agricultura, coleta de sementes, etc, poderia recuperar sua atividade indigenista².

E - Estradas

Não são poucas as estradas na AI Aripuanã, apesar de não existirem acessos transitáveis o ano todo para as aldeias.

²Na página seguinte, segue quadro da exploração madeireira na AI Aripuanã.

São 900 Km de Cacoal/PIN Rio Preto, 60 Km de Aripuanã/Rio Preto e 28 Km da margem direita do Rio Branco (divisa) até o PIN Rio Preto (estas dentro da área indígena).

Este ano, a estrada foi estendida pelo madeireiro Pará e seu sócio Celião, até 10 Km após Aldeia do João — rumo ao Rio Branco. Foram cerca de mais 25 Km, que entram na faixa dos que não concordam com a exploração.

O lucro dos Cinta Larga foram as mortes, a fome, e a exploração.

Além deste acesso, indo para o Taquaral, faltam apenas 10 Km para chegar à Aldeia do Paraquida. Existem já uns 15 Km dentro da área que, sem manutenção, estão virando capoeira.

Vindo do sul, a estrada do Roberto Carlos (200 Km), ao atravessar o rio Amarelinho, está dentro da AI Aripuanã já uns 20 Km.

Vindo do Zoró, ao atravessar a Balsa de Muiraquitã, toda a estrada do Flor do Prado (cerca de 90 Km) está dentro da AI Aripuanã — de onde já saíram cerca de 10.000 m³ de mogno.

Devem existir, também, ramais pelo rio Guariba, através da estrada que a prefeitura abriu. São 100 Km no paralelo 10°, entre a AI Aripuanã e a AI Arara.

F - Garimpos

Além do garimpo Rio Preto, que já foi mineração americana (ANCON MINING), "joint-venture" de aventureiros (Bené, Valdeir), ponto de lavagem de narco-dólares (Abdiel Rabelo, Francisco de Assis da Silva) e empreendimento falido (atualmente, nem mais o maquinário existe), há também, uma tentativa, no local chamado Espingarda, que foi financiada pelo Pará,

Celião, e pelos madeireiros Braz Martins e Moacir Cruzetta que investiram meses na nova lavra, através do Roberto Carlos e seu motorista, Paulo.

Existe, também, o ex-garimpo do Sapecado, onde o falecido garimpeiro tirou ouro antes de seu assassinato pelos Cinta Larga. Ele está na divisa de águas do Guariba e Rio Preto, próximo ao picadão 60°.

G - Águas Poluídas e ou Hidrelétricas

Os maiores focos de poluição são as águas do Rio Preto e Madalena, totalmente contaminadas pelo mercúrio e entupidos pela quantidade de barragens e buracos de garimpos.

Isso proporciona o altíssimo número de casos de malária e leishmaniose.

As cabeceiras deste Igarapé do garimpo não mais existem. Foram totalmente assoreadas.

A divisa leste da AI Aripuanã, que é o rio Aripuanã, também está poluída devido aos garimpos de diamante nas suas cabeceiras (Porção, Arroz, 2 Barras, Sorriso, 180, etc.).

Afora a hidrelétrica planejada no Cardoso, não tenho conhecimento de outras, apesar do potencial hídrico da região ser considerável.

IV - Conclusão

1. Impossível ignorar a situação em que se encontram as Áreas Indígenas à Noroeste do Brasil, incluindo aí o Grande Parque Aripuanã, AI Rio Branco, AI Mequéns, AI Salumã, AI Erikbatsa, AI Arara; principalmente em relação à total falência dos serviços do órgão tutor às comunidades e a falta de opção desses grupos que mesmo querendo (Suruí), não conseguem parar a exploração dos recursos naturais em suas terras.

2. Para se efetivar ações práticas que revertam tal situação, a FUNAI deve se aliar a outras instituições (FNS, PF, DNER, IBAMA, ONG's, Procuradoria) sob a forma de convênio e/ou portaria interministerial que possibilite atividades técnicas interdisciplinares, avaliações, inventários, blitz e programações de saúde que venham de encontro às necessidades dos índios.

3. A qualificação dos funcionários, os treinamentos e reciclagens são fundamentais para se adequar o quadro da FUNAI às atuais exigências dos índios.

4. Mesmo considerando a prioridade de recursos para as demarcações, é necessário fomentar as reaviventações das áreas, demonstrando aos índios que o órgão tutor está atento à realidade.

5. A União pode e deve, como grande lesada, intervir no assalto às Áreas Indígenas hoje praticados tanto por grandes empresas, madeireiras e garimpeiros quanto por particulares, independentemente do assentimento ou não das comunidades indígenas. Para isso, deve eleger algumas áreas

exemplares e exploradores sabidamente ilícitos, levantando a situação fiscal (junto à Receita Federal) de seus empreendimentos, o controle do volume total explorado, a quantidade de guias expedidas e os planos de manejo (no IBAMA). Talvez, por aí, junto com um inventário florestal, possa-se atingir a grande maioria das madeireiras que hoje exploram terras indígenas.

As ações a serem levadas a termo pela Procuradoria da República devem levar em conta os anos de prejuízo contra o Patrimônio da UNIÃO e a utilização dos índios como "massa de manobra" e "testas-de-ferro".

6. É necessária a fiscalização *in loco* pelo IBAMA/FUNAI/Batalhão Florestal. No entanto, as blitz devem ocorrer fora das terras indígenas, não possibilitando, assim, que se utilizem dos índios como fator de constrangimento.

7. A situação da saúde é tão grave que supera o esforço de um único órgão.

Atenção especial deve ser dada aos Cinta Larga (-27% da população em 4 anos), criando-se condições permanentemente satisfatórias para superar tais problemas.

Isso só é possível com planejamento, profissionais competentes, recursos necessários e entrosamento entre os órgãos; principalmente em relação ao Dec. 23; que deve ser revisto e reeditado.

8. É claro que os índios que têm sobrevivido nestes últimos anos com recursos da madeira e garimpos irão se sentir prejudicados. Também é óbvio que não vão parar de imediato e que medidas apenas policiais não terão resultados positivos.

Deve se propor um calendário executável, em que, a partir do momento em que o órgão indigenista consiga superar questões crônicas como a assistência, a saúde, a situação fundiária, a demarcação, a fiscalização e as atividades sustentáveis, os índios possam ter opções tão ou mais lucrativas, mas que não impliquem em tanto desperdício e danos ambientais.

Para isso, é necessário se pesquisar, procurar e fomentar outras formas de sustento e de exploração dos recursos disponíveis (as ONG's e as universidades podem cooperar).

9. Como não se vislumbra, a curto prazo, uma real melhora na estrutura burocrática da FUNAI na região (ADR Cacoal) e devido à imensa área de influência de mais de 3 milhões de hectares, proponho a criação de Ji Paraná e Juína, que juntamente com Cacoal possam enfrentar as questões e problemas.

10. Devido a sua localização geográfica, o Grande Aripuanã pode e deve utilizar recursos tanto do PRODEAGRO quanto do PLANAFLORO, podendo ser considerada a região mais problemática dos 2 programas.

V - Recomendações

1. Deve se implementar uma política de prestação de serviços realmente necessários, não persistindo naquela antiga prática paternalista (Ex.: trocar favores por litros de combustível, etc).

Estes serviços devem estar dentro dos parâmetros das 4 atividades básicas imprescindíveis em áreas indígenas:

- A - Saúde
- B - Educação
- C - Fiscalização
- D - Aproveitamento dos recursos sustentáveis renováveis.

Para se implementar tais tarefas, a FUNAI não necessita de um grande número de funcionários e sim, de técnicos e profissionais em locais corretos e que possam desempenhar seus serviços em conjunto com outros especialistas.

Por isso é que proponho a criação de 3 pontos políticos-administrativos e financeiros independentes que, interligados, que venham estabelecer o perfil da atividade do órgão na região.

São eles:

- I - Ji Paraná
- II - Cacoal
- III - Juína

Esta divisão se dá única e exclusivamente pela proximidade geográfica e devido os índios já se utilizarem destes locais como ponto de apoio de suas atividades.

Ficariam ligados a:

I - Ji Paraná	{	AI Rio Branco	{	PIN Cajui
				PIN Rio Branco
				PIN Iterap
				PIN Ig. Lourdes
				PIN Ig. Lourdes
	{	AI Ig. Lourdes	{	PIN Ig. Lourdes
				PIN Ikoléin
				PIN Zoró
	{	AI Zoró	{	PIN Barreira* — a ser criado

II - Cacoal	{	AI 7 de Setembro	{	PIN Paíter
				PIN 7 de Setembro
				PIN Linha 14
				PIN Roosevelt
				PIN 14 de Abril
				PIN Capitão Cardoso
		AI Pg Ari - PIN Tenente Marques		
		AI Mequéns - PIN Mequéns		

III - Juína	{	AI Serra Morena	{	PIN Serra Morena
				PIN Furquim
				PIN Rio Preto
				PIN Flor do Prado
				PIN Taquaral* — a ser criado
				AI Arara - PIN Arara* — a ser criado
				AI Canoeiro { apoio, fiscalização e
AI Salumã { repasse de recursos				

A intenção é se criar 3 pontos de agilidade de planejamento e execução.

Para isso, necessita-se de poucos funcionários, porém qualificados e competentes.

A estrutura física é mínima, e deve se aproveitar prédios e infra já existentes. Tipo, postos de saúde (FNS), pequenas enfermarias em

Pacarãna, terreno a ser doado pela Prefeitura de Juína, alojamento de Riozinho, etc.

2. Deve-se propor imediatamente alguns convênios:

A - Convênio FUNAI X PF, via portaria interministerial do Ministro da Justiça, permitindo que a colaboração interinstitucional entre os dois órgãos não seja prejudicada pelas exigências burocráticas (tipo: diárias), e que funcionem como Agentes da UNIÃO.

Devem ter equivalência de ganhos e de "status" os serviços dos funcionários da FUNAI e da PF, principalmente quanto aos treinamentos de qualificação estendidos aos servidores da FUNAI para bem desempenharem o poder da polícia.

B - Regulamentação do poder de polícia, inclusive quanto à expedição de multas e apreensão de materiais em áreas indígenas, prevendo leilões com reversão dos recursos para o serviço de Fiscalização e Patrimônio Indígena.

C - Convênio com DNER, a ser aplicado a nível Estadual e Municipal (DER's), para recuperação e manutenção de estradas rurais em áreas indígenas, não permitindo que os índios disponham dos bens da UNIÃO, ainda mais quando o tráfego é, em 60%, de não-índios, que se utilizam dos acessos e não os mantêm.

D - Convênio com o IBAMA para a cessão de 3 engenheiros florestais (1 em Ji Paraná, 1 em Cacoal, 1 Juína) para tecnicamente avaliar os prejuízos hoje existentes nas áreas indígenas com a exploração econômica e propor, através de práticas menos nocivas, atividades que sustentem as necessidades destes grupos.

E - Convênio com a FNS para que se desobstrua as instâncias que vêm bloqueando as atividades de assistência à saúde indígena. Conforme

proposta no Fórum de Saúde Indígena, em 93: regulamentação das atividades dos dois órgãos e revisão do Dec. 23, que tem complicado o atendimento indígena.

F - Convênio com as ONG's e outros órgãos que estejam dispostos a colaborar.

3. Atuação conjunta com a Procuradoria da República para proteção e fiscalização de terras indígenas — inclusive com medidas criminalizando os madeireiros e exploradores.

4. Convênio com as associações indígenas (PAMARÉ, Cinta Larga, Metareilá [Suruí], Panderey [Zoró e Gavião], AAPIRB [Tupari, Macurap, etc]) para que se inicie, ainda este ano, a reavivência de suas terras, numa lista de prioridades proposta pelos índios, com cessão de um engenheiro topógrafo e equipamentos, além dos recursos básicos (alimentação, medicamentos e ferramentas) para efetivação da atividade.

É urgente a abertura de 12 Km no Flor do Prado/Guariba (AI Aripuanã).

Leve-se fazer uma estimativa de custos dos limites imprescindíveis de serem feitos ainda este ano e começar-se imediatamente. Existem recursos presentes tanto no PRODEAGRO quanto no PLANAFLORO.

5. Avaliação criteriosa quanto aos funcionários não qualificados hoje existentes nos quadros da FUNAI, inclusive daqueles índios que nem mesmo à sua comunidade prestam serviços.

6. Acompanhamento, discussão, e intervenção nas atividades dos Programas PRODEAGRO e PLANAFLORO no que diz respeito aos compromissos assumidos e às reais necessidades indígenas.

7. Criação do PIN Barreira, na AI Zoró (vide Zoró), PIN Taquaral, na AI Aripuanã, além do treinamento e reciclagem dos funcionários que trabalham em campo.

8. Firmeza nos encaminhamentos à Procuradoria Geral da República, iniciando o processo de criminalização dos madeireiros (lista do CEDI), elegendo áreas exemplares, e investigando a real situação fiscal dessas empresas, os impostos e guias e as exportações.

É necessária a utilização das informações do cadastro do IBAMA. Não se deve abrir um confronto com os índios, de imediato.

As fiscalizações devem ser feitas não num caráter de exceção, mas sim, rotineiro.

São áreas da UNIÃO e, portanto, a Procuradoria deve intervir, talvez, com medidas cautelares.

A FUNAI tem que melhorar em muito sua prestação de serviços, se não, de nada adiantarão as blitz e fiscalização.

Sugiro que, para se iniciar esta investigação, comecemos pelos comprovantes de entrada dos madeireiros na AI Zoró, recolhidos entre agosto e dezembro/92 pela Polícia Florestal de MT.

9. Abertura do acesso à aldeia do Paraquida, evitando que uma região ainda íntegra seja atingida.

Deve-se negociar estas intervenções através do PRODEAGRO.